



RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA

Auditoria de regularidade com o objetivo de verificar os atos administrativos relacionados com o conteúdo das diversas Representações da lavra do MPJTCDF capitaneadas pela Representação nº 02/2008 – Conjunta – CF. (Fiscalização nº 1.1015.11)



RESUMO

A presente auditoria de regularidade foi realizada no âmbito da Empresa Brasiliense de Turismo (Brasiliatur – em liquidação), com o objetivo de verificar os atos administrativos relacionados com o conteúdo das diversas Representações da lavra do MPJTCD/DF capitaneadas pela Representação nº 02/2008 – Conjunta – CF. Foram aplicadas as seguintes técnicas de auditoria: exame documental, entrevista e correlação das informações obtidas. Os trabalhos desenvolvidos resultaram nos seguintes achados: a situação da ocupação dos espaços da Torre de TV permanece irregular; o SIHTUR, sistema implantado a partir do convênio com a ABIH/DF, não vem sendo utilizado pela SETUR; houve execução de despesas à conta do Convênio com empresa especializada em Consultoria em Licitação e com empresa de Auditoria, causando prejuízo de R\$ 84.500,00 ao erário distrital; existência de falhas na escolha do fornecedor e para os preços praticados no âmbito dos contratos firmados com o IEL/DF e o Instituto Brazil Global, em desacordo com o art. 26 da Lei nº 8.666/1993. Pelas falhas e irregularidades detectadas, foram propostas as audiências dos gestores para fins de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/1994, a conversão parcial dos autos em Tomada de Conta Especial, a instauração de TCE e ainda medidas tendentes a reverter os achados 1 e 2, suas causas e efeitos.



Sumário

1	Introdução	1419
1.1	Apresentação	1419
1.2	Identificação do Objeto.....	1419
1.3	Contextualização.....	1419
1.4	Objetivos	1427
1.4.1	Objetivo Geral.....	1427
1.4.2	Objetivos Específicos	1427
1.5	Escopo	1427
1.6	Metodologia.....	1432
1.7	Critérios de auditoria	1432
1.8	Avaliação dos Controles Internos.....	1432
2	Resultados da Auditoria	1433
2.1	QA 1: A Brasiliatur adotou medidas concretas com vista à regularização das ocupações de área pública na Torre de TV (v.g. pela Rádio Senado, Radiobrás, Rede Brasiliense de Comunicação), inclusive no tocante ao recolhimento dos tributos (IPTU/TLP) e taxas de ocupação e rateio?	1433
2.1.1	Achado nº 1 – A situação da ocupação dos espaços da Torre de TV permanece irregular.....	1433
2.2	QA 2: Os convênios firmados pela Brasiliatur, de montante significativo, publicados nos DODF de 26/12/2007 e de 28/12/2007 e outros, foram assumidos e executados dentro dos limites da legalidade?	1438
2.2.1	Achado nº 2 – O SIHTUR, sistema implantado a partir do convênio com a ABIH/DF, não vem sendo utilizado pela SETUR.	1443
2.2.2	Achado nº 3 – Execução de despesas injustificadas à conta do Convênio com empresa especializada em Consultoria em Licitação e com empresa de Auditoria, causando prejuízo de R\$ 84.500,00 ao erário distrital.	1449
2.3	QA 3: Os contratos firmados pela Brasiliatur, de montante significativo, foram assumidos e executados dentro dos limites da legalidade?	1452
2.3.1	Achado nº 4 – Contratação por dispensa/inexigibilidade de licitação sem observar os requisitos do art. 26 da Lei nº 8666/1993.	1467
2.4	QA 4: A composição do quadro de pessoal da Brasiliatur esteve dentro da legalidade ao longo de sua existência?	1476
3	Conclusão	1480
4	Considerações Finais.....	1482
5	Proposições	1484
	ANEXO I – PLANO DE AÇÃO.....	1487



1 Introdução

1.1 Apresentação

Trata-se de Auditoria de Regularidade realizada na Empresa Brasiliense de Turismo (Brasiliatur – em liquidação), em cumprimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2009, aprovado pela Decisão Administrativa nº 59/2008. A execução da auditoria compreendeu o período de 25/10 a 07/12/2011.

1.2 Identificação do Objeto

2. A presente auditoria teve por objeto os atos administrativos relacionados com o conteúdo das diversas Representações da lavra do MPJTCDF, em especial da Procuradora-Geral daquela unidade à época, Sra. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, capitaneadas pela Representação nº 02/2008 – Conjunta – CF (fls. 1/5).

3. A então Empresa Brasiliense de Turismo foi criada com autorização legislativa dada pela Lei nº 3.982, de 25 de abril de 2007, sob a forma de sociedade limitada e patrimônio próprio, sujeitando-se ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

4. Aprovado pelo Decreto nº 27.945, de 11 de maio de 2007, seu Estatuto previa como principais finalidades da empresa o fomento à indústria do turismo no Distrito Federal, a prestação de serviços gerais na área do turismo, como a exploração econômica do Centro de Convenções Ulisses Guimarães, da Torre de Televisão, do Camping de Brasília e do Pavilhão de Exposições – EXPOBRASÍLIA.

5. A dissolução da empresa ocorreu por meio do Decreto nº 31.699, de 18 de maio de 2010, que também dispôs sobre a sua liquidação e sucessão, dentre outros assuntos.

1.3 Contextualização

6. Os presentes autos iniciaram-se com a **Representação nº 02/2008 – Conjunta – CF**, acerca de diversas irregularidades ocorridas no âmbito da Brasiliatur, solicitando a manifestação do corpo técnico quanto (fl. 5-verso):



- a) aos contratos de maior vulto, inclusive o convênio em anexo, Processo nº 371.000.052/2007 – ABIH/DF (fls. 9/228);
- b) à questão das receitas e despesas da empresa; e
- c) ao quadro de pessoal e tudo o mais que for relevante para o controle externo.

7. Às fls. 6/8, foi acostada pelo MPJTCDF cópia do DODF nº 245, de 26/12/2007, relacionando os seguintes ajustes:

Tabela 1

Processo BrasíliaTur	Contratante/ Conveniente	Objeto	Valor [R\$]
371.000.207/2007 Representação nº 19/2008-CF (fls. 8, 312, 314/409)	Contrato com Instituto Euvaldo Lodi	Serviços de Manutenção do Pavilhão ExpoBrasília	324.575,04
371.000.119/2007 (fl. 8)	Contrato com Técnicas Promocionais de Eventos Ltda.	Montagem, manutenção e gerenciamento do parque de diversões de brinquedos infláveis e espaço cenográfico no estacionamento do Estádio Mané Garrincha “Natal Solidário do DF”	697.998,98
371.000.173/2007 Representação nº 17/2008-CF (fl. 600) (fls. 632/702)	Convênio com IBQV – Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida	Pesquisa “Turismo como instrumento de qualidade de vida”	110.000,00, sendo 11.000,00 do IBQV
371.000.187/2007 (fls. 414/461) Representação nº 18/2008-CF (fl. 410) e fls. 1203/1204 – prorrogação de prazo e alteração no projeto básico	Convênio com Instituto Paidéia de Expressão e Comunicação	Vídeo “Brasília Símbolo e Memória”	223.740,00, sendo 2.240,00 do Instituto Paidéia
371.000.167/2007 Representação nº 18/2008-CF (fl. 412) (fls. 540/599)	Convênio com Fundação Pró-Natureza	Programa educativo Caminhos da Missão Cruls – Turismo e Meio ambiente nas Escolas	713.378,37, sendo 7.063,16 da Fundação Pró-Natureza
371.000.198/2007 Representação nº 17/2008-CF (fl. 600) (fls. 703/742)	Contrato com MI-Management	Patrocínio da 10ª corrida ZERO HORA	15.000,00

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

e-DOC 4C9A7CD4

Proc 10170/2008

Proc. 10170/2008

Rubrica

371.000.166/2007 (fls. 462/539) (Representação nº 18/2008-CF - fl. 411)	Convênio com Terra Mater Brasilis	Anhanguera nas escolas	1.220.439,43, sendo 12.083,55 da Terra Mater Brasilis
371.000.199/2007 Representação nº 17/2008-CF (fl. 600) (fls. 635/631)	Convênio com Fundação 21 de abril	Apoio à promoção e oferta turística do DF	123.500,00, sendo 1.223,00 da Fundação 21 de abril
371.000.206/2007 Representação nº 15/2008-CF (fl. 850) (fls. 1044/1202)	Contrato com Tape Music Ltda.	Contratação de atrações musicais – Bandas locais para o réveillon 2007/2008 na Esplanada dos Ministérios	145.500,00
371.000.204/2007 Representação nº 15/2008-CF (fl. 850) (fls. 869/937)	Contrato com Clube do Cowboy de Uberlândia Ltda.	Atração musical – Dupla Victor e Leo para o réveillon 2007/2008 na Esplanada dos Ministérios	480.000,00
371.000.205/2007 Representação nº 15/2008-CF (fl. 850) (fls. 938/1043)	Contrato com Regional Comércio e Serviços Ltda.	Atração musical – Bandas Revelação e Fundo de Quintal para o réveillon 2007/2008 na Esplanada dos Ministérios	380.000,00
371.000.185/2007 Representação nº 16/2008-CF (fl. 743) (fls. 821/849)	Convênio c/ FUB – Fundação Universidade de Brasília	Estudos sobre a participação e impactos econômicos do turismo no DF	270.017,00, sendo 24.547,00 da FUB
371.000.186/2007 Representação nº 16/2008-CF (fl. 743) (fls. 786/820)	Convênio c/ FUB – Fundação Universidade de Brasília	Planejamento e Implementação do Observatório de Turismo Sustentável no DF	170.979,00, sendo 15.543,00 da FUB
371.000.068/2007 Representação nº 16/2008-CF (fl. 743) (fls. 748/785)	Convênio c/ FUB – Fundação Universidade de Brasília	Caminhos do Brasil Central turismo integrado no DF e entorno	110.000,00, sendo 10.000,00 da FUB
371.000.047/2007 (fls. 1203 e 1205) Rescisão Convênio	Convênio c/ ABARE – Associação Brasileira das Agências de Turismo Receptivo	Revitalização dos Centros de Atendimento ao Turismo (CATS)	993.669,00, sendo 9.839,00 da ABARE (o conveniente devolveu R\$ 515.917,38)

8. O mencionado convênio de fls. 9/228 é relacionado a seguir:

Tabela 2

Processo BrasíliaTur	Contratante/Conveniente	Objeto	Valor [R\$]
-----------------------------	--------------------------------	---------------	--------------------



371.000.052/2007 (fls. 9/228)	Convênio com ABIH/DF – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis/DF	SIHTUR – Sistema de Informação Hoteleira para o Turismo	698.329,57, sendo 349.164,78 no orçamento 2007 e 349.164,78 no orçamento 2008
----------------------------------	--	---	---

9. Continuando, o Pedido de Reexame¹ visto à fl. 234 fez-se acompanhar de cópia do DODF nº 74, de 18/04/2008 (fls. 242/244), contendo extratos de contrato e extratos de ratificação de inexigibilidade de licitação, dos quais listamos os mais significativos:

Tabela 3

Processo BrasíliaTur	Contratante/Conveniente	Objeto	Valor [R\$]
371.000.241/2008	Contrato com JB Serviços Ltda	Show da banda Chiclete com Banana pelas comemorações do 48º aniversário de Brasília	492.500,00 (Contrato examinado no Processo nº 33.880/2008)
371.000.293/2008	Aplauso Organização de Eventos Ltda.	Prestação de serviços de hospedagem, alimentação, locação de equipamentos, disponibilização de recursos humanos, transporte de pessoal, programação visual, locação de mobiliário, locação de material de apoio	2.222.469,37 (Contrato examinado no Processo nº 16.756/2008 – apenas aos presentes autos)
371.000.315/2008	Star Comércio, Locação e Serviços Gerais Ltda.	Apresentação de atração musical – Leonardo, pelas comemorações do 48º aniversário de Brasília	120.000,00 (Contrato examinado no Processo nº 33.880/2008)

10. A seguir, o MPJTCDF fez juntar aos autos o Ofício nº 256/2008-PG (fls. 256/264), acrescentando informações sobre o quadro de pessoal da BrasíliaTur, obtidas em parceria com o Ministério Público do Trabalho.

11. Na sequência, trouxe aos autos o Ofício nº 341/2008-PG e documentação anexa (fls. 268/295), fazendo referência à Representação do

¹ O MPJTCDF solicitou que, contrariamente à Decisão nº 1777/2008 (fl. 233), fosse realizada inspeção na BrasíliaTur, em lugar de auditoria; pedido negado pelo Tribunal (Decisão nº 3994/2008, fl. 308).



Deputado Chico Leite, versando sobre a Festa de Aniversário de Brasília de 2008, especificamente quanto aos seguintes ajustes:

Tabela 4

Processo BrasiliaTur	Contratante/ Conveniente	Objeto	Valor [R\$]
371.000.162/2008	Atual consultoria Ltda.	Atração musical Grupo RBD Rebeldes pelo 48º Aniversário de Brasília	760.000,00 (Contrato examinado no Processo nº 33.880/2008)
371.000.241/2008	JB Serviços Ltda.	Chiclete com Banana pelo 48º Aniversário de Brasília	492.500,00 (Contrato examinado no Processo nº 33.880/2008)
371.000.327/2008	Faz produções S/S Ltda	Capital Inicial pelo 48º Aniversário de Brasília	40.000,00 (Contrato examinado no Processo nº 33.880/2008)

12. O deputado Chico Leite ressaltou que em 2007 a Brasiliatur despendeu R\$ 11.167.728,47, sendo que R\$ 7.159.906,62 sem licitação. Por tudo o que expôs, sugeriu que poderia estar havendo improbidade administrativa.

13. Em seguida, o MPJTCDF fez acostar aos autos a Representação nº 19/2008-CF (fl. 312), a qual requereu a apuração do ajuste contido no Processo nº 371.000.207/2007, constante na Tabela 1 do § 7º anterior.

14. Mais adiante, à fl. 410, o MPJTCDF trouxe ao presente processo a Representação nº 18/2008-CF, solicitando a apuração da regularidade das despesas efetuadas no âmbito dos Processos nºs 371.000.187/2007, 371.000.166/2007 e 371.000.167/2007, relacionados na mencionada Tabela 1 do § 7º.

15. Em seguida, consta a Representação nº 17/2008-CF (fl. 600), solicitando analisar as despesas constantes dos Processos nº 371.000.199/2007, 371.000.173/2007 e 371.000.198/2007, vistas também na Tabela 1 do § 7º.

16. Logo após, foi a vez da Representação nº 16/2008-CF (fl. 743), relativa a pedido de verificação de irregularidades existentes na execução das despesas vinculadas aos Processos nºs 371.000.068/2007, 371.000.186/2007 e 371.000.185/2007, igualmente relacionados na Tabela 1 do multicitado § 7º.

17. Mais uma vez, o MPJTCDF trouxe nova Representação aos autos, de nº 15/2008-CF (fl. 850), versando sobre a necessidade de exame das despesas concernentes aos Processos nº 371.000.205/2007, nº



371.000.206/2007 e nº 371.000.204/2007, também vistos na Tabela 1.

18. Às fls. 858/868, o *Parquet* fez acostar cópia da Ação Civil Pública de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa contra representantes da Secretaria da Cultura do DF e contra a empresa M.A.S. Araújo, envolvendo suposto prejuízo de R\$ 138.000,00.

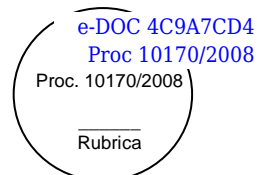
19. No volume VI dos presentes autos, diversos documentos foram acostados pelo MPJTCD, sintetizados na tabela a seguir:

Tabela 5

Processo BrasíliaTur	Contratante/ Conveniente	Objeto	Valor [R\$]
Ofício nº 492/2008-PG (01/08/2008 - fls. 1203/1205) - vinculado à Representação nº 18/2008-CF	Instituto Paidéia de Comunicação e Expressão e Associação Brasiliense das Agências de Turismo Receptivo (ABARE)	Convênios com Paidéia e ABARE	Paidéia (prorrogação de prazo de vigência e modificação de Projeto Básico) e ABARE (rescisão do convênio nº 16/2007 – o conveniente devolveu ao concedente 515.917,38)
Ofício nº 619/2008-PG (17/09/2008 - fls. 1206/1228)	-	Cópia da INICIAL de AÇÃO CIVIL PÚBLICA do MPT com relação aos CARGOS COMISSIONADOS na Brasiliatur	-
Ofício nº 940/2007-PG (14/12/2007) (fls. 1233/1236) – 371.000.160/2007 (v. Decisão 6154/2007 – Proc. 37.988/2007)	Instituto Brasil Central (IBG)	Presépio de Natal de Brasília – 2007 Obs: O Memo nº 32/2007 (20/12/2007 – fl. 1236) informa não haver providências a se adotar.	645.000,00
Ofício nº 355/2008-PG (30/05/2008) (fls. 1237/1239) 371.000.353/2008	Associação Comunitária do Brasil Central	Apoio à realização do projeto Trezena Cultural na igreja da EQS 307/308 em comemoração ao cinquentenário de sua inauguração. Subvenção para eventos religiosos em contrariedade à decisão TCDF (voto RR).	158.699,00
Ofício nº 405/2008-PG (17/06/2008) (fls. 1240/1241) 371.000.358/2008	ABPVR – Associação Brasileira de Parques, vaquejadas e rodeios	Patrocínio para o rodeio show	390.000,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



Processo BrasíliaTur	Contratante/ Conveniente	Objeto	Valor [R\$]
Ofício nº 454/2008-PG (14/07/2008) Portaria Conjunta BrasíliaTur e RA VI-Planaltina (fls. 1242/1243)	RA VI – PLANALTINA (descentralização de crédito orçamentário)	Subvenção para eventos religiosos em contrariedade à decisão TCDF (voto RR)	100.000,00
Representação nº 14/2008-DA (02/12/2008) 371.000.659/2008 (fls. 1244/1255)	Brasil Forte Instituto de Cidadania e Integração Ambiental	DDD – Dia de decidir destinos	220.000,00
Ofício nº 846/2008-PG (23/12/2008) em aditamento da Representação nº 14/2008-DA 371.000.604/2008 (fls. 1256/1260)	Brasil Forte Instituto de Cidadania e Integração Ambiental	Festa Santa	150.000,00
Ofício nº 846/2008-PG (23/12/2008) em aditamento da Representação nº 14/2008-DA 371.000.697/2008 (fls. 1256/1260)	Brasil Forte Instituto de Cidadania e Integração Ambiental	Labareda de Fogo	50.000,00
Ofício nº 152/2009-CF 019.000.793/2008 (fls. 1261/1262)	PROPEG Comunicação e Propaganda	Serviços de Publicidade	25 milhões
Ofício nº 16/2010-CF (29/01/2010) 371.000.673/2009 (fl. 1263)	ALSHOP – Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (PATROCÍNIO)	Brasilshop Edição Brasília	579.096,81
Ofício nº 16/2010-CF (29/01/2010) 371.000.701/2009 (fl. 1263)	Octaplan Arquitetura e Promoções Ltda	Participação na Feira das Américas – ABAV 2009	228.375,00
Ofício nº 2/2010-CF (01/02/2010) (fls. 1264/1265)	-	Composição de Cargos em Comissão e Funções de Confiança – Situação em Setembro/2009 – Decisão 3521/2009 – Processo nº 20.690/2006	-

20. Por fim, cumpre registrar a autuação de diversos documentos nos volumes anexos V a VIII, na seguinte forma:



Tabela 6

Documento / Processo Brasiliatur	Teor	Objeto
Memorando nº 11/2008-GAB/MV (fls. 1/2 do Anexo V)	Encaminhou os Ofícios nº 557, 558, 559 e 560-2008-PG e anexos como subsídio para os exames levados a efeito no Processo nº 10.170/2008.	-
Ofício nº 557/2008-PG (fls. 3/283 do Anexo V)	Encaminhou material referente à Representação nº 16/2008-CF	Convênio celebrado entre a Brasiliatur e a FUB
Ofício nº 558/2008-PG (fls. 1/3 do Anexo VI)	Encaminhou material referente à Representação nº 17/2008-CF	Convênio celebrado entre a Brasiliatur e a Fundação 21 de abril e o IBQV
Cópia do volume II do Processo nº 371.000.045/2007 (fls. 4/276 do Anexo VI)	Apoio à comercialização do DF nacional e internacionalmente	Convênio celebrado entre a Brasiliatur e a Brasília e Região - Convention & Visitors Bureau (fl. 255 do Anexo II)
Ofício nº 559/2008-PG (fls. 1/37 do Anexo VII)	Encaminhou material referente à Representação nº 18/2008-CF	Convênio celebrado entre a Brasiliatur e a Funatura e o Instituto Paidéia de Expressão e Comunicação
Ofício nº 560/2008-PG (fls. 38/40 do Anexo VII)	Encaminhou material referente à Representação nº 19/2008-CF	Administração/Exploração do Pavilhão do ExpoBrasília, repassada ao Instituto Euvaldo Lodi, com dispensa de licitação
Ofício nº 740/2008-PG (fls. 41/480 do Anexo VII)	Encaminhou material referente à Representação nº 16/2008-CF	Convênio celebrado entre a Brasiliatur e a FUB
Ofício nº 776/2008-PG (fls. 1/149 do Anexo VIII)	Encaminhou material para ciência ou adoção de alguma medida que considerar cabível	Convênio celebrado entre a Brasiliatur e a Fundação Israel Pinheiro
Ofício nº 685/2008-DIAF (BrasiliaTur - 20/06/2008) (fls. 150/350 do Anexo VIII)	Encaminhou o Processo nº 371.000.021/2008 , em atenção ao Ofício 140/2008 do Inspetor da 1ª ICE	Participação da Brasiliatur nas feiras ITB, BIT e New York Times Travel Show

21. Vale apenas ressaltar que o Processo Brasiliatur nº 371.000.293/2008, relativo à contratação da empresa Aplauso Organização de



Eventos Ltda. para prestação de serviços de hospedagem, alimentação, locação de equipamentos, disponibilização de recursos humanos, transporte de pessoal, programação visual, locação de mobiliário e locação de material de apoio, no montante de R\$ 2.222.469,37 (v. Tabela 3 do § 9º), vem sendo examinado no âmbito do Processo nº 16.756/2008, que atualmente está apenso aos presentes autos.

22. Verifica-se, portanto, que a demanda do MPJTCDF é extensa, razão pela qual a equipe de auditoria teve que delimitar o escopo dos trabalhos de modo a viabilizar a execução da fiscalização, na forma descrita no item 1.5. *Escopo deste Relatório de Auditoria.*

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

23. A auditoria executada teve por objetivo geral verificar a regularidade dos atos administrativos relacionados com o conteúdo das diversas Representações de lavra do MPJTCDF, em especial da Procuradora-Geral daquela unidade à época, Sra. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, capitaneadas pela Representação nº 02/2008 – Conjunta – CF (fls. 1/5).

1.4.2 Objetivos Específicos

24. De modo a atingir o Objetivo Geral estabelecido, os trabalhos de auditoria concentraram-se em responder às seguintes questões de auditoria:

1. A Brasiliatur adotou medidas concretas com vista à regularização das ocupações de área pública na Torre de TV (v.g. pela Rádio Senado, Radiobrás, Rede Brasiliense de Comunicação), inclusive no tocante ao recolhimento dos tributos (IPTU/TLP) e taxas de ocupação e rateio?
2. Os convênios firmados pela Brasiliatur, de montante significativo, publicados nos DODF de 26/12/2007 e de 28/12/2007 e outros, foram assumidos e executados dentro dos limites da legalidade?
3. Os contratos firmados pela Brasiliatur, de montante significativo, foram assumidos e executados dentro dos limites da legalidade?
4. A composição do quadro de pessoal da Brasiliatur esteve dentro da legalidade ao longo de sua existência?

1.5 Escopo



25. A auditoria examinou atos praticados de 2007 a 2010, segundo o teor das Representações elaboradas pelo MPJTCDF.

26. Um resumo dos contratos e convênios citados pelo referido órgão ministerial é relacionado a seguir:

Tabela 7

Processo BrasíliaTur	Contratante/Conveniente	Objeto	Valor [R\$]
371.000.207/2007	Contrato com Instituto Euvaldo Lodi	Serviços de Manutenção do Pavilhão ExpoBrasília	324.575,04
371.000.119/2007	Contrato com Técnicas Promocionais de Eventos Ltda.	Montagem, manutenção e gerenciamento do parque de diversões de brinquedos infláveis e espaço cenográfico no estacionamento do Estádio Mané Garrincha "Natal Solidário do DF"	697.998,98
371.000.173/2007	Convênio com IBQV – Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida	Pesquisa "Turismo como instrumento de qualidade de vida"	110.000,00
371.000.187/2007	Convênio com Instituto Paidéia de Expressão e Comunicação	Vídeo "Brasília Símbolo e Memória"	223.740,00
371.000.167/2007	Convênio com Fundação Pró-Natureza	Programa educativo Caminhos da Missão Cruls – Turismo e Meio ambiente nas Escolas	713.378,37
371.000.198/2007	Contrato com MI-Management	Patrocínio da 10ª corrida ZERO HORA	15.000,00
371.000.166/2007	Convênio com Terra Mater Brasília	Anhanguera nas escolas	1.220.439,43
371.000.199/2007	Convênio com Fundação 21 de abril	Apoio à promoção e oferta turística do DF	123.500,00
371.000.206/2007	Contrato com Tape Music Ltda.	Contratação de atrações musicais – Bandas locais p/ o réveillon 2007/2008 na Esplanada dos Ministérios	145.500,00
371.000.204/2007	Contrato com Clube do Cowboy de Uberlândia Ltda.	Atração musical – Dupla Victor e Leo para o réveillon 2007/2008 na Esplanada dos Ministérios	480.000,00
371.000.205/2007	Contrato com Regional Comércio e Serviços Ltda.	Atração musical – Bandas Revelação e Fundo de Quintal para o réveillon 2007/2008 na Esplanada dos Ministérios	380.000,00
371.000.185/2007	Convênio com FUB	Estudos sobre a participação e impactos econômicos do turismo no DF	270.017,00
371.000.186/2007	Convênio com FUB	Planejamento e Implementação do Observatório de turismo sustentável no DF	170.979,00
371.000.068/2007	Convênio com FUB	Caminhos do Brasil Central turismo integrado no DF e entorno	110.000,00
371.000.047/2007	Convênio com ABARE	Revitalização dos Centros de atendimento ao turismo (CATS)	993.669,00
371.000.052/2007	Convênio com ABIH/DF	SIHTUR – Sistema de Informação Hoteleira para o Turismo	698.329,57

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

e-DOC 4C9A7CD4

Proc 10170/2008

Proc. 10170/2008

Rubrica

371.000.293/2008	Aplauso Organização de Eventos Ltda.	Prestação de serviços de hospedagem, alimentação, locação de equipamentos, disponibilização de recursos humanos, transporte de pessoal, programação visual, locação de mobiliário, locação de material de apoio	2.222.469,37
371.000.160/2007	Instituto Brasil Central (IBG)	Presépio de Natal de Brasília – 2007	645.000,00
371.000.353/2008	Associação Comunitária do Brasil Central	Apoio à realização do projeto Trezena Cultural na igreja da EQS 307/308 em comemoração ao cinquentenário de sua inauguração.	158.699,00
371.000.358/2008	ABPVR – Associação Brasileira de Parques, vaquejadas e rodeios	Patrocínio para o rodeio show	390.000,00
Ofício nº 454/2008-PG	RA VI – PLANALTINA	Subvenção para eventos religiosos em contrariedade à decisão TCDF (voto RR)	100.000,00
371.000.659/2008	Brasil Forte Instituto de Cidadania e Integração Ambiental	DDD – Dia de decidir destinos	220.000,00
371.000.604/2008	Brasil Forte Instituto de Cidadania e Integração Ambiental	Festa Santa	150.000,00
371.000.697/2008	Brasil Forte Instituto de Cidadania e Integração Ambiental	Labareda de Fogo	50.000,00
019.000.793/2008	PROPEG Comunicação e Propaganda	Serviços de Publicidade	25.000.000,00
371.000.673/2009	ALSHOP – Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (PATROCÍNIO)	Brasilshop Edição Brasília	579.096,81
371.000.701/2009	Octaplan Arquitetura e Promoções Ltda	Participação na Feira das Americas – ABAV 2009	228.375,00
TOTAL			36.420.766,57

27. Registre-se que os processos destacados na Tabela 7 retroindicada foram tomados como amostra para exame mais aprofundado pela equipe de auditoria.

28. Tal amostra totaliza um montante de R\$ 33.469.953,20, representando 91,90% do total dos valores dos contratos e convênios indicados pelo MPJTCDF.

29. Quanto aos demais ajustes², foram analisados por meio de inspeções realizadas na SEPLAN, PGDF e SETUR nos dias 15 a 17/07/2013. O resumo da atual situação deles encontra-se na Tabela 8 a seguir:

² Exceto o do Ofício nº 454/2008-PG, devido a não localização do processo correspondente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

e-DOC 4C9A7CD4
Proc 10170/2008
Proc. 10170/2008
Rubrica

Tabela 8

Processo BrasíliaTur	Contratante/ Conveniente	Valor (R\$)	Observação
371.000.167/2007	Convênio c/ Fundação Pró-Natureza	713.378,37	TCE instaurada e em exame no âmbito do Processo TCDF nº 21475/2013
371.000.358/2008	ABPVR – Associação Brasileira de Parques, vaquejadas e rodeios	390.000,00	Prestação de contas entregue, sem indícios de irregularidades. Contudo, não foi comprovado o aumento do fluxo de turistas em razão do evento realizado. Arquivado
371.000.185/2007	Convênio c/ FUB	270.017,00	Prestação de contas examinada e aprovada no âmbito da Secretaria de Fazenda do DF. Não foram encontrados indícios de irregularidades. Arquivado
371.000.187/2007	Convênio c/ Instituto Paidéia de Expressão e Comunicação	223.740,00	TCE instaurada e em exame no âmbito do Processo TCDF nº 21394/2013
371.000.659/2008	Brasil Forte Instituto de Cidadania e Integração Ambiental	220.000,00	Prestação de contas examinada e aprovada no âmbito da Secretaria de Fazenda do DF. Não foram encontrados indícios de irregularidades. Arquivado
371.000.186/2007	Convênio c/ FUB	170.979,00	Prestação de contas examinada e aprovada pela Brasiliatur. Não foram encontradas irregularidades que justifiquem recomendações
371.000.353/2008	Associação Comunitária do Brasil Central	158.699,00	Prestação de contas aprovada no âmbito da Brasiliatur. Não foram encontrados indícios de irregularidades. Arquivado
371.000.604/2008	Brasil Forte Instituto de Cidadania e Integração Ambiental	150.000,00	Indícios de irregularidades, com sugestão de instauração de TCE. O processo aguarda análise da SEPLAN para adoção do disposto na Resolução nº 102/1998
371.000.206/2007	Contrato c/ Tape Music Ltda.	145.500,00	TCE instaurada e em exame no âmbito do Processo TCDF nº 100/2013
371.000.199/2007	Convênio c/ Fundação 21 de abril	123.500,00	Solicitada restituição de parte do valor repassado em vista da parcial desaprovação da prestação de contas. O conveniente não devolveu os recursos. Providências para cobrança já foram tomadas pela PGDF



Processo BrasíliaTur	Contratante/ Conveniente	Valor (R\$)	Observação
371.000.173/2007	Convênio c/ IBQV – Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida	110.000,00	Prestação de contas examinada e aprovada no âmbito da Secretaria de Fazenda do DF. Não foram encontrados indícios de irregularidades. Arquivado
371.000.068/2007	Convênio c/ FUB	110.000,00	Prestação de contas examinada e aprovada no âmbito da Secretaria de Fazenda do DF. Não foram encontrados indícios de irregularidades. Arquivado
371.000.697/2008	Brasil Forte Instituto de Cidadania e Integração Ambiental	50.000,00	Indícios de irregularidades, com sugestão de instauração de TCE. O processo aguarda análise da SEPLAN para adoção do disposto na Resolução nº 102/1998
371.000.198/2007	Contrato c/ MI-Management	15.000,00	Processo arquivado, apesar das falhas encontradas na utilização dos recursos concedidos
TOTAL		2.850.813,37	

30. Da análise efetuada na SETUR, PGDF e SEPLAN, verificou-se que apenas os Processos nºs 371.000.604/2008, 371.000.697/2008 e 371.000.198/2007 reclamam a adoção de providências pela SEPLAN com esteio na Resolução nº 102/1998 (**Sugestão IV.a**).

31. Com relação aos Processos nº 371.000.068/2007 e nº 371.000.185/2007, verificou-se que não houve o aproveitamento do estudo realizado pela Universidade de Brasília, devendo ser sugerido à SETUR que adote as providências cabíveis para utilização e aproveitamento do referido trabalho (**Sugestão II**).

32. Registre-se que ao longo dos trabalhos de planejamento de auditoria, detectou-se a necessidade de destacar o exame da execução do contrato firmado pela BrasíliaTur com a empresa PROPEG em autos apartados (de nº 29.116/2011), haja vista o valor envolvido (R\$ 25.000.000,00 – Processo nº 019.000.793/2008) e a diversidade de despesas contempladas naquele ajuste, visando, neste caso específico, um andamento processual mais célere.

33. Por fim, outro ponto incluído na Matriz de Planejamento foi a verificação das providências adotadas pela BrasíliaTur para regularizar as ocupações de áreas públicas na Torre de TV (v.g. pela Rádio Senado, Radiobrás, Rede Brasiliense de Comunicação), inclusive no tocante ao recolhimento dos tributos (IPTU/TLP) e taxas de ocupação e rateio (Decisões Plenárias nºs 353/2009, 4483/2006, 5513/2005, 4232/2004 e 4733/2003).



1.6 Metodologia

34. As técnicas utilizadas na auditoria foram exame documental, entrevista e correlação das informações obtidas.

35. Foram anexadas eletronicamente as **Matrizes de Achados** (fls. 1411/1412) e **de Responsabilização** (fls. 1413/1415).

36. Cumpre registrar, por fim, que as referências feitas às folhas dos volumes anexos I (material relativo à ocupação dos espaços da Torre de TV), II (material sobre os convênios examinados), III (material sobre os contratos examinados) e IV (material sobre o contrato constante do Processo nº 371.000.673/2009 e sobre a questão do quadro de pessoal da Brasiliatur) far-se-ão acompanhar dos símbolos *, **, *** e ****, respectivamente.

1.7 Critérios de auditoria

37. De modo geral, foram utilizadas as seguintes fontes de critérios de auditoria:

1. Decisões Plenárias nºs 353/2009, 4483/2006, 5513/2005, 4232/2004 e 4733/2003;
2. Instrução Normativa (IN) nº 01, de 22/12/2005, aprovada pela Portaria nº 18, de 22/12/2005, da Corregedoria-Geral do DF (norma sobre Convênios);
3. Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/1993;
4. Artigo 37 da Constituição Federal (realização de concurso público);
5. Lei Distrital nº 3.982, de 25/04/2007, que dispõe sobre a autorização para a instituição da Empresa Pública denominada Brasiliatur.

1.8 Avaliação dos Controles Internos

38. Tendo em vista tratar-se de auditoria com objeto e escopo previamente definidos, entendeu-se dispensável a avaliação prévia dos controles internos, optando-se por examinar sua atuação em cada caso específico.



2 Resultados da Auditoria

2.1 QA 1: A Brasiliatur adotou medidas concretas com vista à regularização das ocupações de área pública na Torre de TV (v.g. pela Rádio Senado, Radiobrás, Rede Brasiliense de Comunicação), inclusive no tocante ao recolhimento dos tributos (IPTU/TLP) e taxas de ocupação e rateio?

Em certo grau sim, a exemplo do levantamento dos débitos pendentes até agosto/2010 e a notificação das empresas ocupantes de área pública. Todavia, ainda há muito o que ser feito pela SETUR, atual responsável pelas ocupações, para de fato regularizar a ocupação dos espaços públicos da Torre de TV, seja com relação ao suporte contratual, seja com relação à quitação dos débitos das taxas de ocupação e, ainda, com relação ao levantamento e quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP.

2.1.1 Achado nº 1 – A situação da ocupação dos espaços da Torre de TV permanece irregular.

Critério

39. Decisões Plenárias nºs 353/2009, 4483/2006, 5513/2005, 4232/2004 e 4733/2003 (cópias acostadas às fls. 1282/1287)³.

Análises e Evidências

40. Inicialmente, cabe destacar o teor da decisão exarada no âmbito do Processo nº 5780/1993, *verbis*:

Decisão nº 353/2009

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II – alertar a Empresa Brasiliense de Turismo – BrasíliaTur quanto à **necessidade de serem adotadas medidas concretas com vista à regularização das ocupações de áreas públicas na Torre de TV** (v.g. pela Rádio Senado, Radiobrás, Rede Brasiliense de Comunicação), inclusive no tocante ao recolhimento dos tributos (IPTU/TLP) e taxas de ocupação e rateio; III – autorizar: a) o encaminhamento à jurisdição de cópia das **Decisões nºs 4483/2006, 5513/2005, 4232/2004 e 4733/2003**, para melhor compreensão da matéria; b) a **verificação do cumprimento da determinação contida no item precedente quando da realização de auditoria prevista no PGA/2009**; c) a devolução dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes e posterior arquivamento. (grifamos)

41. Ao examinar os Relatórios de Atividade produzidos pelo

³ As decisões tratam da necessidade de serem adotadas medidas concretas com vistas à regularização das ocupações de áreas públicas na Torre de TV, inclusive no tocante ao recolhimento dos tributos (IPTU/TLP) e taxas de ocupação e rateio.



liquidante da Brasiliatur, pôde-se extrair as providências adotadas por ele com relação à matéria, em especial do relatório relativo às atividades desenvolvidas no período de 01/09 a 30/11/2010 (fls. 1/9*), senão vejamos, *verbis* (fl. 5*):

(...) Ainda, relacionado ao patrimônio, no âmbito da gestão dos imóveis de propriedade e/ou posse da BRASILIATUR, **os processos relativos às ocupações dos Boxes do Subsolo da Torre de TV**, após conciliação dos valores em abertos (*sic*), **foram encaminhados à Secretaria de Turismo, que passou a ter competência para tratar do assunto, face ao disposto nos arts. 6º e 7º do Decreto nº 31.767/2010**. Para vislumbrar a situação relatada, **juntamos ao anexo X os ofícios encaminhados aos ocupantes dos espaços sobreditos, a Planilha com o Controle de Taxas de Ocupação dessas áreas, a Memória sobre a ocupação e as planilhas com o controle dos pagamentos das taxas.** (grifamos)

42. Observa-se que, de fato, no referido Anexo X (fls. 10/42*) constam os mencionados documentos, devendo-se chamar a atenção para o despacho da lavra do Gerente de Contabilidade, Orçamento e Finanças, visto às fls. 11/12*, *verbis*:

(...) Ante a carência de pessoal nesta unidade e considerando a falta de orientação específica para o assunto no âmbito da Brasiliatur e, ainda, a **diversidade encontrada nos respectivos processos quanto à formalização das ocupações, do preço praticado, da falta de acompanhamento efetivo das ocupações e dos contratos**, procedemos ao levantamento da situação como um todo, conforme detalhado no **quadro resumo anexo** e memória de cálculos juntados ao processo nº 210.000.294/1997, a fim de possibilitar uma decisão superior quanto ao regramento do assunto e viabilizar a sua regular gestão.

À luz das informações constantes dos autos, inclusive a documentação juntada **após notificarmos cada ocupante** para apresentação de eventual comprovante de pagamento não encaminhado à Brasiliatur, bem como por meio da **identificação de inúmeros depósitos feitos diretamente na conta corrente da Brasiliatur**, foi elaborada planilha referente a cada ocupação, com aplicação das correções e atualizações dos valores previstos nos contratos originais, mesmo que não exigidas ou calculadas ao devido tempo, **até o mês de agosto próximo passado, conforme planilha inserta em cada processo.**

Com a edição do Decreto nº 31.699 de 19/05/2010, alterado pelo Decreto nº 31.736 de 27/05/2010, que dissolve a Brasiliatur, **a responsabilidade pela administração de espaços da Torre de TV passou ao rol de competências da Secretaria de Estado de Turismo.**

Assim, elevamos o assunto à deliberação de Vossa Senhoria, sugerindo, s.m.j., o **encaminhamento de todos os processos que versam sobre ocupação de Boxes no Subsolo da Torre de TV à Secretaria de Estado de Turismo** para que, de forma genérica, possam ser adotados os



procedimentos necessários quanto ao aspecto das sub-rogações contratuais, assim como quanto às **demais providências necessárias**, inclusive no que se refere à **cobrança dos valores não pagos**, registrando que os **arquivos eletrônicos relativos ao levantamento realizado e expresso nas planilhas poderão também ser repassados àquela Secretaria**.

Por fim, uma vez acolhida a nossa sugestão, propomos, também, que ao encaminhar os processos para a Secretaria de Estado de Turismo, os ocupantes de Boxes na Torre de TV sejam ao mesmo tempo notificados por esta empresa quanto à edição do Decreto nº 31.699 de 18/05/2010, a fim de que os mesmos se abstenham de fazer novos depósitos na conta corrente da Brasiliatur, devendo, a partir de então, procurarem aquela Secretaria para tratarem dos assuntos relacionados à ocupação dos imóveis. (grifamos)

43. De fato, se verifica que o liquidante emitiu os ofícios vistos às fls. 48/58*, referentes ao Anexo 06 do Relatório de Atividades de 31/05/2010 a 31/08/2010, notificando as empresas que ocupam os dezessete boxes da Torre de TV (v. tabela da fl. 44*) para que apresentassem a comprovação dos pagamentos dos valores relativos ao preço da ocupação dos mesmos.

44. Ressalva-se apenas que nos citados ofícios de notificação não é possível identificar o efetivo “recebido” de cada empresa.

45. Note-se, também, que não foram mencionadas quaisquer referências a medidas adotadas com relação à regularização do IPTU/TLP.

46. Cumpre informar, por oportuno, que a equipe de auditoria emitiu a Nota de Auditoria nº 10/10.170/2008 (fl. 59*) solicitando à Secretaria de Turismo que informasse *“sobre a atual situação da ocupação das áreas públicas na Torre de Televisão (p. ex. Rádio Senado, Radiobrás, Rede Brasiliense de Comunicação), indicando as medidas porventura adotadas com vistas à regularização das mesmas, inclusive no tocante ao recolhimento dos tributos (IPTU/TLP) e taxas de ocupação e rateio, em conformidade com as Decisões Plenárias nº 353/2009, 4483/2006, 5513/2005, 4232/2004 e 4733/2003”*.

47. Em resposta a SETUR informou, *verbis* (fl. 60*):

Em atenção à nota de auditoria nº 10/10.170/08, a respeito de informações quanto à situação atual de ocupação das áreas públicas na Torre de Televisão, a Secretaria de Estado de Turismo em conformidade com o decreto nº 31.699 de 18 de maio de 2010, assumiu competências da liquidada Brasiliatur.

Verificamos a existência de **ocupação irregular** dessas áreas, com **contratos vencidos**, ocupações **sem contrato** e **débitos pendentes**.



Desta forma, **estamos adotando medidas cabíveis com objetivo de regularização das mesmas, como assim ocorreu em reunião realizada com a presença da assessoria jurídica desta Secretaria e os responsáveis pelas empresas em desacordo com a norma**, com vistas a futuro encaminhamento da demanda à Procuradoria-Geral do Distrito Federal. (grifamos)

48. Da análise do material produzido pelo liquidante da Brasiliatur, chamam a atenção os seguintes pontos:

- a. Os boxes nº 01, 04, 05, 06, 07, 08, 10 e 13 tem situação pendente de renovação contratual; (fl. 24*)
- b. O box nº 12, onde funciona a rádio Senado, não possui qualquer contrato formalizado; (fl. 24*)
- c. Os boxes nº 14 e 15, ocupados pela *Genesis* e *Canção Nova* nem sequer tem processo autuado tratando da ocupação; (fl. 24*)
- d. Todos os boxes ocupados têm débitos pendentes de taxa de ocupação; (fl. 24*) e
- e. Na Memória de Ocupação dos Imóveis Torre (fl. 25/28*), no item *Observações Gerais* (fl. 28*), consta uma observação sobre a falta de normatização para utilização dos espaços da Torre de TV.

49. De fato, com relação a este último aspecto, é notória a divergência dos preços cobrados pela locação do m² dos boxes, variando de R\$ 6,42 a R\$ 55,98 (junho de 2010), conforme ilustrado nas planilhas de fls. 45/46*. A nosso ver, seria necessário uniformizar os valores cobrados mediante a edição de normativo próprio atualizado.

50. Conclui-se, portanto, que apesar de terem sido adotadas algumas medidas pelo liquidante da Brasiliatur com relação à ocupação dos espaços da Torre de TV, tais como o levantamento dos débitos pendentes de cada ocupante até agosto de 2010 e a notificação das empresas, muito há que ser feito pela SETUR para de fato regularizar aquela situação, seja com relação ao suporte contratual, seja com relação à quitação dos débitos das taxas de ocupação e, ainda, com relação ao levantamento e quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP.

51. No que se refere às taxas de ocupação deve-se, inclusive, avaliar se as normas existentes contemplam adequadamente a utilização dos espaços da Torre de TV, em especial os preços cobrados.



Causas

52. Com relação às Administrações anteriores da Brasiliatur, a causa mais provável parece ter sido a omissão dos gestores em adotar as providências necessárias à referida regularização⁴.

53. Com relação ao liquidante, as causas foram, a nosso ver, a exiguidade de tempo e limitação de servidores atuando (fls. 4/5*).

Efeitos

54. Manutenção de situação irregular que vem se arrastando desde 2003 (v. Decisão nº 4733/2003 – fl. 1286).

Considerações do Auditado

55. Não foram encaminhadas considerações sobre o Relatório Prévio de Auditoria ao TCDF, em atenção à Decisão nº 5172/2012.

56. Assim, devido à ausência de manifestação da SETUR, foi enviada à jurisdição a Nota de Auditoria nº 11 (fl. 61*). Em resposta (fls. 63/64*), a SETUR informou ter levantado – em parceria com a Secretaria de Estado de Fazenda/Núcleo de Arrecadação – os pagamentos realizados por Documento de Arrecadação – DAR, no período de setembro/2010 a julho/2013, referentes à taxa de ocupação pelas empresas ocupantes dos boxes localizados no Subsolo da Torre de TV nº 01, 02, 03, 04, 08, 09, 10, 10-A, 11 e 13, os quais são utilizados por empresas de rádio e televisão. Registrou, ainda, que faltam dados que possam comprovar os pagamentos das empresas localizadas nos boxes nºs 05, 06, 07, 12 e 14, haja vista que alguns pagamentos foram realizados por meio de depósito ou transferência à conta bancária da BrasiliaTur. Sobre os boxes nºs 15 e 16, nenhuma informação foi apresentada.

57. Adicionalmente, a SETUR informou que foi iniciado um levantamento geral da concessão de uso de todos os boxes, com os seguintes objetivos principais:

- identificar todos os pagamentos realizados e analisar os comprovantes enviados pelas empresas que utilizam a área pública, pois já foi identificado que existem comprovantes de pagamentos, porém, o débito continua sendo exigido;
- analisar os reajustes de valores por área ocupada e proceder ao reajuste nas que se fizerem necessárias;
- analisar os contratos de concessão e seus aditivos, verificando principalmente a vigência do ajuste contratual e a área cedida para

⁴ V. comentário no 1º parágrafo do excerto do § 39: “falta de acompanhamento efetivo das ocupações e dos contratos”



utilização.

58. Por fim, a jurisdicionada noticiou a adoção de diversas providências para regular a ocupação do box nº 10, cedido à Rádio e TV Bandeirantes por meio do Termo de Concessão nº 03/1997, fls. 66/75*.

Responsabilização

59. Não aplicável.

Proposições

60. Sugere-se determinação à SETUR a fim de que adote medidas concretas com vistas a promover a regularização das ocupações dos espaços públicos localizados no subsolo da Torre de TV observando a questão do suporte contratual, da quitação dos débitos das taxas de ocupação, do levantamento e quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP e avaliando, no que se refere às taxas de ocupação, se as normas atualmente existentes regem adequadamente a utilização dessas áreas públicas e estabelecem a cobrança de preços de acordo com os praticados no mercado, promovendo, em consequência, as alterações necessárias identificadas. No prazo de 30 (trinta) dias, a SETUR deverá elaborar e encaminhar a esta Casa um Plano de Ação com vistas à adoção das providências retro indicadas. (Sugestões III.a e III.b)

Benefícios Esperados

61. Regularização da ocupação das áreas públicas da Torre de TV.

2.2 QA 2: Os convênios firmados pela Brasiliatur, de montante significativo, publicados nos DODF de 26/12/2007 e de 28/12/2007 e outros, foram assumidos e executados dentro dos limites da legalidade?

Não. Dos três convênios examinados, um não teve utilização de recursos, tendo o conveniente devolvido à concedente os valores que lhe foram repassados; os outros dois tiveram irregularidades detectadas.

Processo nº 371.000.047/2007 – Convênio com ABARE

62. Sobre este convênio, firmado em 26/12/2007 entre a Brasiliatur e a Associação Brasiliense das Agências de Turismo Receptivo (ABARE), tendo por objeto a revitalização dos Centros de Atendimento ao Turismo (CATs) (fls. 1/5**), deve-se dizer que foram apresentados o Projeto Básico e o Plano de Trabalho, conforme visto às fls. 13/23**.

63. Ocorre que decorridos seis meses sem a utilização dos recursos, foi firmado, de comum acordo, o Termo de Rescisão visto às fls. 7/9**, sendo



que o conveniente devolveu à concedente os valores que lhe foram repassados, acrescidos de juros e correções legais do período, totalizando R\$ 515.950,40, conforme registrado à fl. 11**.

64. Neste sentido, ressalta-se que a prestação de contas daquele ajuste foi aprovada pelo liquidante da Brasiliatur (fl. 10**) e pela Diretoria Geral de Contabilidade/Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Estado de Fazenda do DF (fl. 12**), não havendo necessidade, a princípio, de efetuar quaisquer proposições.

Processo nº 371.000.166/2007 – Convênio com Terra Mater Brasilis

65. Trata-se do Convênio nº 09/2007 firmado pela Brasiliatur com o Instituto Terra Mater Brasilis, para execução do projeto intitulado de “Anhanguera nas Escolas” (fls. 47/51**). Com relação ao item de verificação I.2 da Matriz de Planejamento, relativo à elaboração do Plano de Trabalho, apresentado pelo proponente ao titular da Brasiliatur, temos por cumprida a exigência, conforme evidenciado nos documentos de fls. 24/44**.

66. Entretanto, com relação ao item de verificação I.3 da Matriz de Planejamento, relativo à comprovação satisfatória da execução das despesas previstas, mediante a apresentação da correspondente prestação de contas, deve-se ressaltar diversos pontos.

67. Segundo as observações feitas pela então Controladoria do DF sobre o referido Convênio, *verbis*:

(...)

Não constam dos autos, a razão da escolha do executante e a justificativa do preço, conforme art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº. 8.666/93. (fl. 53**)

(...)

Em atendimento ao parágrafo único do art. 25 da IN nº. 01/2005 – CGDF o Instituto Terra Mater Brasilis promoveu procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada em planejamento, elaboração de projeto e produção de documentário em vídeo para atender ao Convênio nº. 09/2007. O procedimento ocorreu na modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço.

O edital do Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial da União de 15.1.2008 e em página de jornal acostada aos autos, em cópia, sem a identificação e data de publicação. As propostas de preços e outros documentos de habilitação foram entregues no endereço da HMS Consultoria em Licitações, situada no SHS Q.06, Conjunto A, Bloco E, Sala 1019, Brasília-DF, e a data de abertura das propostas marcada para



25.1.2008.

O Pregoeiro do Instituto Terra Mater Brasilis, Sr. Huilder Magno de Souza, manifestou na Ata de Abertura de Licitação, em 25.1.2008, fls. 182/183, que o edital foi retirado por cinco empresas e somente foi credenciada a empresa TV ALTERNATIVA CINEMA E VIDEO PRODUÇÕES LTDA, representada por seu sócio Sr. Eduardo Henrique Leon Chauvet, que após negociação ofertou preço adequado ao disponibilizado para a contratação.

O Sr. Huilder Magno de Souza participou do Projeto "Anhanguera nas Escolas" como Pregoeiro do Instituto Terra Mater Brasilis e, posteriormente, em 21.5.2008, foi nomeado Procurador Jurídico da BRASILIATUR. Nesta função atuou no Processo nº. 371.000.166/2007 aprovando o parecer Técnico Jurídico nº. 47-2008 NUCON/PROCURADORIA.

Observamos a existência de relação familiar entre membros do Instituto Terra Mater Brasilis e os sócios da produtora TV ALTERNATIVA CINEMA E VIDEO PRODUÇÕES LTDA, conforme descrevemos a seguir:

- são membros do Instituto Terra Mater Brasilis a Sra. Muriel Antunes Chauvet e o Sr. Gustavo Chauvet;
- são sócios da empresa TV ALTERNATIVA CINEMA E VIDEO PRODUÇÕES LTDA a Sra. Muriel Antunes Chauvet e o Sr. Eduardo Chauvet;
- são apresentados como diretor geral e diretor responsável do projeto "Caminho do Anhanguera" os Srs. Gustavo Chauvet e Eduardo Chauvet. (fl. 53**)

(...)

RECOMENDAÇÕES:

(...)

- cumprir fielmente os dispositivos da Lei nº. 8.666/93, principalmente os aspectos previstos no art. 26;
- apurar em processo administrativo disciplinar o envolvimento do Procurador da BRASILIATUR no convênio. (fls. 54/55**)

68. Referidas observações foram referendadas pelo então Controlador-Chefe da Brasiliatur, como se observa à fl. 56**.

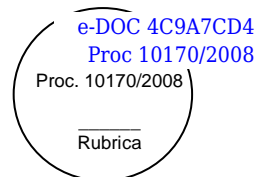
69. O conjunto de documentos que compõe a Prestação de Contas pode ser visto às fls. 57/82**, devendo-se ressaltar as observações anotadas pela Diretoria Geral de Contabilidade da SEF, a saber, verbis (fls. 84/87**):

Versam os autos sobre a prestação de contas referente ao Convênio



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



09/2007, firmado entre a Empresa Brasiliense de Turismo - Brasiliatur e o Instituto Terra Mater Brasilis - Instituto de Desenvolvimento Sócio-Educacional Sustentável, tem por objeto apoio à realização do projeto intitulado "Programa Educativo Caminhos da Missão Cruls - Turismo e meio ambiente nas escolas".

Após análise do processo, detectamos as seguintes impropriedades:

1. Indícios - Em documento anexado aos autos folha nº 263 - o Conveniente exprime: "Como um item extra ao convênio, sem gerar qualquer tipo de custo para a Brasiliatur, o Instituto Terra Mater Brasilis está veiculando os capítulos em rede aberta de televisão, num programa do SBT Brasília chamado Programa Alternativo, que vai ao ar todos os sábados a partir das 12:45h.". Também anexados aos autos folhas nºs 85 a 89 e 207 a 211 cópias de contrato de produção de programa entre a empresa TV Alternativa Cinema e Vídeo Produções Ltda - Master Brasil (empresa contratada para a execução dos trabalhos) e a TV Studios de Brasília - SBT Brasília, para veiculação dos trabalhos objeto do convênio entre a Brasiliatur e Instituição Mater Brasilis, onde em sua Cláusula Terceira, item 3.3 dispõe: "Sobre o valor negociado pelo SBT-Brasília de ações de merchandising, será negociado um adicional de 10% referente a Cachet, que será faturado diretamente pela MASTER BRASIL contra o cliente anunciante.". Já na Cláusula Quarta, item 4.1, do mesmo contrato, dispõe: "Pela produção e realização do programa pelo prazo determinado no presente contrato, a MASTER BRASIL receberá, mensalmente, a título de remuneração, a participação financeira correspondente a 50% (cinquenta por cento) do resultado da receita operacional líquida que o SBT-Brasília obtiver com a comercialização de publicidade, patrocínio e ações de "merchandising" do Programa." Supostamente o objeto do convênio foi negociado entre a empresa MASTER BRASIL e o SBT-Brasília. A efetiva exibição dos programas pode ser confirmada pela declaração anexada aos autos folha nº 493.

2. Indícios - Em parecer do Controlador-Chefe da Brasiliatur anexado aos autos folhas nºs 305 a 309, mais especificamente à folha nº 308 considera que houve favorecimento da empresa vencedora (TV Alternativa Cinema e Vídeo Produções Ltda) - informações privilegiadas - devido ao grau de parentesco com associados do Instituto Mater Brasilis. Em resposta aos questionamentos gerados pelo parecer do Controlador-Chefe da Brasiliatur o Instituto Mater Brasilis no documento anexado aos autos folha nº 328, item 9, afirma que: "não há parentesco algum entre o representante (legal ou social) da empresa contratada e qualquer representante (legal, estatutário e/ou eleito) do Instituto Terra Matter.", afirmação inconveniente e inconsistente quando analisado a cópia da carteira de identidade do senhor Eduardo Henrique Leon Chauvet representante da empresa Master Brasil, anexada aos autos folha nº 334, onde se pode comprovar que a senhora Muriel Antunes Chauvet, membro do Conselho Fiscal do Instituto Mater Brasilis, como demonstra cópia da ata do instituto anexada aos autos folhas nºs 119 a 132, é genitora do senhor Eduardo Henrique Leon Chauvet e também sócia da empresa Master Brasil como comprova o contrato social anexado aos autos folha nº 350 e a Sexta Alteração Consolidada Contratual



anexada aos autos folhas n°s 353 a 355. Também configuram como membros do Instituto Mater Brasília, como demonstra cópia da ata do instituto, anexada aos autos folhas n°s 119 a 132, Gustavo Guilherme Leon Chauvet e Mônica Ferraro Leon Chauvet, **mesmo sobrenome** do senhor Eduardo Henrique, o que evidencia parentesco - que não há no momento como se precisar qual -:

3. Indícios - No parecer do Controlador-Chefe da Brasiliatur, anexado aos autos folhas n° 307 a 309, especificamente na folha n° 308, letra "c", relata que: "O Edital de licitação informa que os documentos apresentados pelos licitantes serão destruídos após 10 (dez) dias da contratação da vencedora. Tal fato corrobora para dificultar a prestação de contas com a concedente, uma vez que não se saberá o motivo da desclassificação das demais licitantes.". Na folha n° 309 do mesmo parecer, letra "f" relata que: "O pregoeiro contratado pela conveniente ocupou o cargo de Procurador Jurídico da Brasiliatur durante o decorrer do procedimento conveniado.". O Pregoeiro em questão é o senhor Huilder Magno de Souza, como se comprova na folha n° 183 acostada aos autos;

4. O senhor Fabio Grossi, executor do convênio, no Relatório de Execução, anexado aos autos folhas n°s 551 e 552, relata em sua conclusão, folha n° 552, que: "**indica-se glosa no valor total de R\$ 33.719,97, conforme explicações expostas acima no item 2 deste relatório.**". Não há comprovante nos autos que o valor glosado foi restituído pelo conveniente aos cofres do Governo do Distrito Federal;

5. No Relatório de Execução o senhor Fabio Grossi, executor do convênio não é claro quanto à regularidade das contas para aprovação;

6. Não foi efetuado o registro no SIGGO, como determina o § 2º do Art. 29 da Instrução Normativa n° 01, de 22 de dezembro de 2005 da Corregedoria-Geral do Distrito Federal;

7. Não há nos autos a declaração que expresse a aprovação das contas pelo ordenador de despesas da Brasiliatur, como determina o § 4º do Art. 29 da Instrução Normativa n° 01, de 22 de dezembro de 2005 da Corregedoria-Geral do Distrito Federal;

Diante dos fatos expostos sugerimos o encaminhamento dos autos à Empresa Brasiliense de Turismo - Brasiliatur para conhecimento e, se for o caso, com vistas à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, **propondo a instauração de Tomada de Contas Especial - TCE** em conformidade com o § 5º do Art. 29 da Instrução Normativa n° 01, de 22 de dezembro de 2005 da Corregedoria-Geral do Distrito Federal;

70. Após o encaminhamento do processo à então Corregedoria-Geral pelo Liquidante da Brasiliatur (fl. 88**), a Subsecretaria de Tomada de Contas Especial fez a remessa daqueles autos à Gerência de Instrução Prévia da Diretoria de Prevenção e Recuperação do Dano, para *verbis* (fl. 90**): "**análise e pronunciamento acerca da necessidade de instauração de tomada de**



contas especial, nos termos do que dispõe o Art. 1º, caput, da Resolução nº 102/1998, do Tribunal de Contas do DF, ressaltando que, à luz do disposto nos Princípios da Economicidade e do interesse Público, deverão ser adotadas todas as medidas cabíveis à regularização da situação ou à reparação do dano, objetivando evitar a instauração desnecessária de tomada de contas especial”. (grifo nosso)

71. A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, a que a Brasiliatur – em liquidação está vinculada, instaurou TCE para tratar dessas irregularidades por meio da Ordem de Serviço nº 4, de 30/04/2013, publicada no DODF nº 104, de 21/08/2013, página 72. No TCDF, a TCE será examinada no âmbito do Processo nº 21467/2013.

72. A nosso ver, a princípio, as medidas adotadas com relação ao processo mencionado são satisfatórias, não havendo providências adicionais a serem recomendadas à SEPLAN.

Processo nº 371.000.052/2007 – Convênio com ABIH/DF

2.2.1 Achado nº 2 – O SIHTUR, sistema implantado a partir do convênio com a ABIH/DF, não vem sendo utilizado pela SETUR.

Critérios

73. Arts. 2º, § 1º, e 20 da Instrução Normativa nº 01, de 22/12/2005, aprovada pela Portaria nº 18, de 22/12/2005, da Corregedoria-Geral do DF.

Análises e Evidências

74. Trata-se de convênio firmado pela Brasiliatur com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Distrito Federal (ABIH/DF), para execução do projeto intitulado de “*Implantação do Sistema de Informações Hoteleiras para o Turismo / SIHTUR*” (fls. 117/123**), tendo sido desembolsado pelo erário distrital o montante de R\$ 656.349,31 (fl. 173**). Este projeto tinha como objetivo, *verbis* (fl. 92**):

(...) Coletar os dados da Ficha Nacional de Registro de Hóspede (FNRH) eletronicamente, dinamizar o uso da FNRH, aliar sua obrigação legal ao proveito amplo de seus dados, integrar com segurança os seus dados, tratar seus dados com absoluta confidencialidade, disponibilizar seus dados para segurança pública substituindo livro de registro policial, disponibilizar os dados para uso da Brasiliatur e Ministério do Turismo, disponibilizar informações segmentadas para hotéis e rede de hotéis participantes do SIHTUR.

75. Com relação ao item de verificação I.2 da Matriz de Planejamento, relativo à elaboração do Plano de Trabalho, apresentado pelo proponente ao



titular da Brasiliatur, temos por cumprida a exigência, conforme se evidencia pelos documentos de fls. 92/99**.

76. Com relação ao item de verificação I.3 da Matriz de Planejamento, relativo à comprovação satisfatória da execução das despesas previstas, mediante a apresentação da correspondente prestação de contas, temos por cumpridos, também, os aspectos formais dela decorrentes, conforme observado pelos documentos acostados às fls. 170/176**.

77. Com o objetivo de verificar o real desenvolvimento do produto final (SIHTUR), a equipe de auditoria realizou reunião inicial com o Sr. Tomaz Ikeda (Presidente da ABIH/DF), em que foi informada do seguinte:

- a. o SIHTUR foi implantado, porém os hotéis participantes não vêm realizando o preenchimento dos dados;
- b. esta situação ocorre, principalmente, porque os hotéis alegam a falta de segurança dos dados pessoais dos hóspedes que devem ser inseridos no SIHTUR;
- c. não houve envolvimento da Secretaria de Segurança do DF no processo de implantação do SIHTUR, o que prejudicou o aspecto mencionado anteriormente;
- d. outro fator primordial que prejudicou o efetivo uso do SIHTUR é o retrabalho que os hotéis têm ao inserir os dados da ficha dos hóspedes em dois sistemas informatizados: no deles (*CM Net Soluções* ou *Desbravador*, dependendo do hotel) e no SIHTUR. A solução, segundo ele, seria o desenvolvimento de uma interface para que estes sistemas se integrassem e assim não haveria retrabalho.

78. Em uma segunda oportunidade, com relação ao desenvolvimento do sistema propriamente dito, a equipe de auditoria realizou reunião com os senhores Tomaz Ikeda e João Carlos Machado Passos (Representante da COMTECNO – Bahia, empresa responsável pelo desenvolvimento do SIHTUR), oportunidade na qual se pretendia checar se a entrega do SIHTUR ocorrera de acordo com o Plano de Trabalho e Projeto Básico.

79. Desta reunião, foi possível confirmar que:

- a. o banco de dados central do SIHTUR está atualmente disponível fisicamente em um *Data Center* em São Paulo, suportado pela empresa COMTECNO, sendo que o correto seria estar na BRASILIATUR (SETUR) ou na ABIH/DF;
- b. o programa (Plug-In) que faz a interface entre o SIHTUR e



os sistemas de gestão hoteleira *CM NET* e *Desbravador* foi concluído e testado em Salvador, segundo o Sr. João Carlos;

- c. tal Plug-In necessita da participação dos representantes da *CM NET* e *Desbravador* para ser incorporado a seus sistemas. Este Plug-In permite levar os dados da Ficha Nacional de Registro de Hóspede (FNRH) do SIHTUR para os dois sistemas e vice-versa. Tal Plug-In pôde ser visto na aba “*Importação de dados*” do menu principal do SIHTUR;
- d. o Sr. João Carlos se prontificou a autorizar o acesso ao SIHTUR pela SETUR, mediante solicitação da jurisdicionada à ABIH/DF;
- e. o módulo de biometria não foi implementado pois a resistência dos hotéis foi muito grande, segundo o Sr. João Carlos, tendo ficado para uma próxima etapa. Os leitores seriam adquiridos pelos hotéis (estimativa de R\$ 70,00 a R\$ 100,00 cada);
- f. a previsão de inserção da fotografia no módulo de recepção também foi abandonada devido à resistência dos hotéis, sob a alegação de proteção da privacidade dos hóspedes;
- g. a conclusão do sistema SIHTUR ocorreu em abril de 2008 e a partir de então teve início a introdução de dados da FNRH no SIHTUR pelos hotéis cadastrados;
- h. devido à resistência dos hotéis, foi flexibilizada a tela de entrada de dados do módulo recepção e por isso havia muitos registros inválidos inseridos no SIHTUR;

80. Em suma, pudemos verificar que o SIHTUR foi entregue conforme previsto no Termo de Referência (fls. 141/154**), à exceção do módulo de biometria (fls. 150**) e da opção de fotografia no módulo de recepção (fls. 148**), face à resistência dos hotéis, conforme comentado anteriormente.

81. De acordo com as informações prestadas pelo Sr. João Carlos via *e-mail* (fls. 177/183**), 65 hotéis foram cadastrados no SIHTUR (fls. 180/183**), sendo que 39 deles passaram a registrar as informações da FNRH no sistema (fls. 178/179**).

82. Pelos dados fornecidos, verifica-se que o início do preenchimento dos dados no SIHTUR pelos 39 hotéis ocorreu em março de 2008 (coluna “*Data do Último Envio*”). Verifica-se, ainda, que 23 deles fizeram seu último preenchimento em abril de 2008, o que significa que **aproximadamente 59%**



dos hotéis preencheram as informações requeridas pelo SIHTUR durante um ou dois meses, no máximo.

83. Mais ainda, **apenas nove hotéis conseguiram manter o preenchimento por um ano completo.** Ao final de 2011, pelos dados enviados, **apenas quatro hotéis continuavam preenchendo o SIHTUR**, com a última remessa realizada em agosto de 2011.

84. Tal situação, a nosso ver, denota total descaso com a suposta importância do sistema produzido, especialmente por parte dos Administradores Públicos.

85. Conforme registrado no Parecer Técnico do Convênio nº 04/2007, o resultado da análise técnica vista à fl. 103/104** concluiu que, *verbis*:

Assim, por tratar se de um programa essencial que visa o levantamento de informações valiosas para a realização do planejamento estratégico desta empresa, através de um levantamento de dados de forma rápida e precisa, atendendo assim aos interesses do governo do Distrito Federal, através da Brasiliatur, que visa fomentar o segmento turístico no Distrito Federal e do Plano Nacional de Turismo, que através dos macroprogramas um e dois (Planejamento e gestão e Informação e Estudos Turísticos), que tratam a informação como uma ferramenta essencial na tomada de decisões; seja para a promoção, qualificação, roteirização, dentre outros; julgamos oportuna a aprovação do convênio apresentado. (grifo nosso)

86. De se destacar, também, o fato de que, ao final de 2011, a Administração da SETUR desconhecia por completo a existência do SIHTUR, e que após saber de sua existência, mostrou interesse na capacidade daquele sistema.

87. Em nosso entendimento, é óbvio que a questão da aderência dos hotéis tinha que ser considerada antes da assinatura do Convênio, uma vez que o projeto contemplava um amplo espectro da rede hoteleira.

88. Vale ressaltar que no Projeto Básico visto à fl. 94**, a Fase 4 previa a *Implantação e Operação junto a Rede Hoteleira*, com a **Seleção e Cadastramento de cada um dos 81 meios de hospedagens**, bem como com o **Atendimento e acompanhamento personalizado e operacional a cada um dos meios de hospedagem.**

89. Além disso, consta nos autos que no dia 23 de janeiro de 2008, a COMTECNO encaminhou um Relatório à ABIH-DF (fls. 176/180). A respeito das atividades realizadas em dezembro/2007, a empresa informou, dentre outras questões, que não havia sido possível contatar o Ministério do Turismo.

90. Sobre janeiro/2008, consta no relatório que o diretor de Hotelaria



do Grupo PaulOOctavio, representante de três dos cinco hotéis participantes do levantamento de demanda inicial, comentou que o sucesso do SIHTUR dependeria de como ele iria interagir com o software de gerenciamento do estabelecimento.

91. Vê-se, portanto, que a problemática da integração entre os sistemas dos hotéis e o SIHTUR e a ausência de participação governamental, elementos que contribuíram para a não utilização do SIHTUR, já estavam em evidência desde a Fase 1 da 1ª etapa do convênio.

92. Pelos resultados apresentados pelo próprio SIHTUR, nota-se que o objetivo do convênio não foi perseguido e alcançado como deveria, tornando inútil todo o esforço realizado durante o projeto.

Causas

93. Entendemos haverem duas causas: a negligência dos responsáveis ao aprovarem o Projeto Básico sem considerar os possíveis entraves à realização do convênio e a negligência da executora ao não atentar para a execução detalhada de cada etapa do convênio conforme o Plano de Trabalho.

Efeitos

94. Aprovação da prestação de contas do convênio sem que seu objetivo ou resultado tivessem sido alcançados, caracterizando má administração dos recursos distritais.

Considerações do Auditado

95. Não foram encaminhadas considerações sobre o Relatório Prévio de Auditoria ao TCDF, em atenção à Decisão nº 5172/2012.

Responsabilização

Tabela 9

Descrição da irregularidade	Período de ocorrência	Prejuízo
Negligência dos responsáveis ao aprovarem o Projeto Básico sem analisar a viabilidade técnica do serviço objeto do convênio, conforme art. 2º, § 1º, da IN 1/2005 da CGDF ⁵ .	Nov/2007	Não aplicável

⁵ IN 1/2005 - CGDF:
Art. 2º (...).

§ 1º Integrará o Plano de Trabalho a especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido e, no caso de obras, instalações ou serviços, o projeto básico, entendido como tal o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar, de modo preciso, a obra, instalação ou serviço objeto do convênio, ou nele envolvida, sua viabilidade técnica, custo,



Negligência da responsável pelo acompanhamento do convênio, conforme art. 20 da IN 1/2005 da CGDF ⁶ .	Nov/2007 a Dez/2008	Não aplicável
--	---------------------	---------------

Responsáveis Indicados

Tabela 10

Responsável	Cargo	Conduta	Nexo Causal	Prejuízo imputado
Isabel Maria Cardoso Sessa	Gerente de Planejamento da Diretoria de Marketing e Negócios à época (fl. 104**)	Omissão na modalidade negligência ao aprovar o Projeto Básico sem considerar os possíveis entraves à realização do convênio.	Uma avaliação mais crítica do Projeto Básico poderia evitar a aprovação do convênio ou exigir acompanhamento mais amido.	Não aplicável
Ivan Valadares de Castro	Diretor de Marketing e Negócios à época (fl. 104**)	Omissão na modalidade negligência ao aprovar o Projeto Básico sem considerar os possíveis entraves à realização do convênio.	Uma avaliação mais crítica do Projeto Básico poderia evitar a aprovação do convênio ou exigir acompanhamento mais amido.	Não aplicável
César Augusto Gonçalves	Presidente da Brasiliatur à época (fl. 104**)	Omissão na modalidade negligência ao aprovar o Projeto Básico sem considerar os possíveis entraves à realização do convênio.	Uma avaliação mais crítica do Projeto Básico poderia evitar a aprovação do convênio ou exigir acompanhamento mais amido.	Não aplicável
Isabel Maria Cardoso Sessa	Executora do Convênio (fl. 104**, 124** e 126**)	Omissão na modalidade negligência quanto às atribuições de supervisão, fiscalização e acompanhamento do convênio, conforme a Ordem de Serviço nº 19, de 19/11/2007 (fls. 124** e 126**).	Com a adequada supervisão, os problemas identificados nas etapas iniciais do ajuste teriam sido resolvidos, ou o convênio teria sido suspenso.	Não aplicável

fases, ou etapas, e prazos de execução, devendo, ainda, conter os elementos discriminados no inciso IX do art. 6º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, inclusive os referentes à implementação das medidas sugeridas nos estudos ambientais eventualmente exigidos, conforme disposto na Lei nº 041, de 1989, e suas alterações.

⁶ IN 1/2005 - CGDF:

Art. 20. O convênio deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma, no que lhe couber, pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Proposições

96. Sugere-se que o Tribunal determine à atual Administração da SETUR que, no prazo de 30 (trinta) dias, verifique concretamente a possibilidade de utilização e aproveitamento do SIHTUR, haja vista os comentários feitos no § 77, itens “a” a “d”, comunicando à Corte sobre as providências efetivamente adotadas. **(Sugestão III.a)**

97. Adicionalmente, sugere-se à Corte a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 10 com fundamento no art. 182, § 5º, da Resolução nº 38/1990 para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa pelas irregularidades apontadas na Tabela 9, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/1994. **(Sugestão V.b)**

Benefícios Esperados

98. Tornar efetiva a utilização do SIHTUR e prevenir a ocorrência de situações similares.

2.2.2 Achado nº 3 – Execução de despesas injustificadas à conta do Convênio com empresa especializada em Consultoria em Licitação e com empresa de Auditoria, causando prejuízo de R\$ 84.500,00 ao erário distrital.

Critérios

99. Art. 8º, I, da Instrução Normativa nº 01, de 22/12/2005, aprovada pela Portaria nº 18, de 22/12/2005, da Corregedoria-Geral do DF.

Análises e Evidências

100. Outro aspecto a ser considerado diz respeito às despesas realizadas no âmbito do convênio *sub examine* relativas à *Consultoria em Licitação* (R\$ 38.500,00) e *Contratação de empresa de Auditoria* (R\$ 46.000,00), conforme visto à fl. 95**, *verbis*:

Consultoria em Licitação

Contratação de empresa ou equipe de profissionais especializados na área de licitações, contratos e convênios; preparação de editais; organização de processos licitatórios; realização de licitações em todas as suas modalidades e elaboração de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação para acompanhamento de convênio.

Contratação de empresa de Auditoria

Contratação de empresa especializada em acompanhamento, supervisão,



fiscalização e auditoria de projetos, incluindo o exame crítico do desenvolvimento, execução e eficácia do Projeto em todas as suas fases.

101. A nosso ver, as atividades mencionadas não poderiam ter sido contratadas à conta do Convênio, uma vez que constituem despesas inerentes à administração e ao gerenciamento da aplicação dos recursos públicos transferidos para a execução do objeto pactuado, situação vedada pelo art. 8º, I, da IN 1/2005⁷ da então Controladoria-Geral do Distrito Federal. Note-se que o Edital de Pregão nº 01/2007, visto às fls. 127/169**, deveria ter sido confeccionado, conduzido e custeado pela ABIH/DF, nunca com a utilização de recursos do Convênio.

102. Neste sentido, trazemos à colação os serviços previstos na *Cláusula Primeira – Do Objeto* do Contrato firmado entre a ABIH/DF e a empresa HMS, *verbis* (fls. 189/190**):

- Elaboração de requisições e atos de abertura de processo licitatório;
- Termos de designação da comissão de licitações ou Pregoeiro;
- Elaboração de pareceres jurídicos;
- Editais de licitação em quaisquer modalidades;
- Extratos de publicação de Editais e extratos de contratos;
- Análise e decisão sobre os aspectos jurídicos de impugnações de Editais;
- Abertura de sessão de licitações conduzida por equipe da Contratada;
- Recebimento e decisão sobre recursos administrativos;
- Lavratura de Atas;
- Elaboração de termos de homologação e adjudicação;
- Elaboração de contratos e termos aditivos;
- Organização do processo licitatório e análise para saneamento e perfeita regularidade do procedimento;
- Providências necessárias à resolução de incidentes envolvendo licitações;
- Elaboração de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

103. Tratam-se, como se pode observar, de atividades intrínsecas à

⁷ IN 1/2005 – CGDF:

Art. 8º Sob pena de nulidade do ato e responsabilização do agente, é vedada, nos convênios, a inclusão, tolerância ou admissão de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:
I - realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;



gerência da aplicação dos recursos transferidos para a execução do Convênio.

104. O mesmo ocorre em relação às atividades previstas na *Cláusula Primeira – Do Objeto* do contrato firmado entre a ABIH/DF e a empresa Torres Contabilidade e Auditoria Ltda (fls. 199/204**), relativas a “**serviços de acompanhamento, supervisão, fiscalização e auditoria** de projeto no que tange à implantação de sistema informatizado de gerenciamento das informações hoteleiras para o turismo no Distrito Federal; **acompanhamento de gestão financeira** do Convênio a ser firmado com a Brasiliatur e ABIH/DF; e **execução da prestação de contas final**, nos moldes determinados no *Termo de Convênio*” (fl. 200**).

105. Deste modo, a nosso ver, **tal situação caracteriza a prática de ato de gestão ilegal que resultou em prejuízo aos cofres distritais, no montante de R\$ 84.500,00⁸.**

Causas

106. Entendemos que a causa seja o custeio indevido com recursos públicos de despesas inerentes à administração e ao gerenciamento do Convênio, em desacordo com o art. 8º, I, da IN 1/2005-CGDF.

Efeitos

107. A prática de ato de gestão ilegal que resultou em prejuízo de R\$ 84.500,00 aos cofres distritais.

Considerações do Auditado

108. Não foram encaminhadas considerações sobre o Relatório Prévio de Auditoria ao TCDF, em atenção à Decisão nº 5172/2012.

Responsabilização

Tabela 11

Descrição da irregularidade	Período de ocorrência	Prejuízo
Omissão com relação à previsão no Projeto Básico do Convênio do custeio indevido com recursos públicos de despesas inerentes a sua administração e gerenciamento, em desacordo com o art. 8º, I, da IN 1/2005-CGDF.	Nov/2007	R\$ 84.500,00

⁸ R\$ 38.500,00 (fl. 191**) e R\$ 46.000,00 (fl. 200**)



Responsáveis Indicados

Tabela 12

Responsável	Cargo	Conduta	Nexo Causal	Prejuízo imputado
Isabel Maria Cardoso Sessa	Gerente de Planejamento da Diretoria de Marketing e Negócios à época (fl. 104**)	Omissão culposa na modalidade negligência ao aquiescer com o Projeto Básico que previa a contratação de serviços de consultoria em licitação e de auditoria	As contratações não teriam sido realizadas sem o Parecer Técnico favorável aprovado pela Gerente	R\$ 84.500,00
Ivan Valadares de Castro	Diretor de Marketing e Negócios à época (fl. 104**)	Omissão culposa na modalidade negligência ao aquiescer com Projeto Básico que previa a contratação de serviços de consultoria em licitação e de auditoria	As contratações não teriam sido realizadas sem o Parecer Técnico favorável aprovado pelo Diretor	R\$ 84.500,00
César Augusto Gonçalves	Presidente da Brasiliatur à época (fl. 104**)	Omissão culposa na modalidade negligência ao aquiescer com Projeto Básico que previa a contratação de serviços de consultoria em licitação e de auditoria	As contratações não teriam sido realizadas sem o Parecer Técnico favorável aprovado pelo Presidente	R\$ 84.500,00
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Distrito Federal (ABIH/DF)	----	Inclusão indevida no Projeto Básico da contratação de serviços de consultoria em licitação e de auditoria	Contratação de despesas inerentes à administração e ao gerenciamento Convênio com custeio por meio de recursos públicos	R\$ 84.500,00

Proposições

109. Sugere-se a conversão dos autos, no que diz respeito à irregularidade tratada na Tabela 11, em Tomada de Contas Especial, a ser tratada em processo apartado, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação dos responsáveis indicados na Tabela 12, com fundamento no art. 13, II, da mesma norma, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 05/11/2007. **(Sugestão V.d)**

Benefícios Esperados

110. Prevenção de ocorrências similares e recomposição do erário distrital.

2.3 QA 3: Os contratos firmados pela Brasiliatur, de montante



significativo, foram assumidos e executados dentro dos limites da legalidade?

Não. Dos oito contratos examinados, apenas três não tiveram irregularidades detectadas, no que se refere aos critérios de auditoria adotados. Em três contratos foram detectadas diversas irregularidades, tendo sido instauradas tomadas de contas especiais pela SEPLAN. Dois contratos deram origem aos achados nºs 4 e 5.

111. Na sequência, são tecidas considerações a respeito dos Processos nº 371.000.701/2009, nº 371.000.293/2008 e nº 371.000.673/2009, em que não foram identificadas irregularidades no que se refere aos critérios de auditoria adotados.

Processo nº 371.000.701/2009 – Participação da BRASILIATUR na Feira das Américas – ABAV

112. Trata-se do ajuste firmado pela Brasiliatur com a empresa Octaplan Arquitetura e Promoções Ltda, para participação da Brasiliatur na Exposição ABAV 2009 – Feira das Américas, nas dependências do Riocentro (Rio de Janeiro) (fls. 89/95***), no valor de R\$ 228.375,00.

113. Com relação aos itens de verificação I.4 e I.5 da Matriz de Planejamento, relativos às justificativas para a escolha do fornecedor e para os preços, temos por cumprida a exigência, conforme se evidencia pelos documentos de fls. 96/106***.

114. Após a realização do evento, foi constatado que alguns itens contratados não foram entregues, resultando em uma glosa de 10% do valor total orçado inicialmente, tendo sido pagos então R\$ 205.537,50 (fls. 107/109***).

115. O processo foi arquivado após sugestão do Controlador Chefe da Brasiliatur (fl. 109-verso), não havendo, a nosso ver, a princípio, necessidade de recomendação de medidas adicionais.

Processo nº 371.000.293/2008 – Contratação da empresa APLAUSO para prestação de serviços relativos ao 48º Aniversário de Brasília

116. Trata-se do contrato de adesão à ata de registro de preços, firmado pela Brasiliatur com a empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda. (fls. 232/242 do Processo apenso nº 16.756/2008), para prestação de serviços de hospedagem, alimentação, locação de equipamentos, disponibilização de recursos humanos, transporte de pessoal, programação visual, locação de mobiliário, locação de material de apoio, conforme detalhamento constante do projeto básico e especificações dos correspondentes itens da Ata de Registro



de Preço nº 005/2007 (fls. 143/151 do Processo apenso nº 16.756/2008), decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2007 (Cláusula Terceira – Do Objeto – fls. 232/233 do Processo apenso nº 16.756/2008), no valor de R\$ 2.335.354,37.

117. Mencionado ajuste já foi objeto de exame da então Primeira Inspeção de Controle Externo no bojo do Processo nº 16.756/2008, apenso aos presentes autos por força da Decisão Plenária nº 7378/2008, transcrita a seguir:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da documentação de fls. 18 a 306, encaminhada pela Empresa Brasileira de Turismo - BRASILIATUR, em atendimento à solicitação da 1ª ICE; II - **autorizar a apensação dos autos ao Processo nº 10.170/2008, para que os fatos suscitados na Representação nº 06/2008 sejam analisados na inspeção a ser realizada, em caráter excepcional, consoante determinado na Decisão nº 6.809/2008.**

118. Na verdade, a Informação nº 166/2008, da lavra da então Divisão de Acompanhamento da 1ª ICE (fls. 316/332 do Processo apenso nº 16.756/2008) analisou pormenorizadamente os aspectos relativos ao mencionado ajuste, sendo que com relação aos itens de verificação I.4 e I.5 da Matriz de Planejamento da presente auditoria, relativos às justificativas para a escolha do fornecedor e para os preços praticados, temos por cumprida as exigências, conforme comentado a seguir.

119. No que se refere às justificativas para a escolha do fornecedor, referimo-nos à argumentação apresentada nos §§ 19/23 daquela peça instrutória (fls. 319/325 do Processo apenso nº 16.756/2008) que termina, *verbis*: “23. A leitura do processo de origem 370.000.293/2008, cuja cópia foi anexada aos autos, demonstra que a Brasiliatur procurou seguir o enquadramento legal que fundamentou a possibilidade de utilização de Ata de Registro de Preços de outra entidade pública.”

120. No mesmo sentido foi a conclusão vista no § 42 (fl. 330 do Processo apenso nº 16.756/2008), *verbis*:

42. A contratação da empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda. pela Brasiliatur, mediante utilização de Ata de Registro de Preços do Ministério das Relações Exteriores em nosso entendimento foi aceitável, do ponto de vista da legalidade, visto que a empresa pública seguiu os ditames legais que regem a matéria como o artigo 15 da Lei nº 8.666/93, o artigo 8º do Decreto Federal nº 3931/2001, o Decreto Local nº 22.950/2002 e ainda em conformidade com as orientações contidas na Decisão TCDF nº 1806/2006.

121. No que se refere às justificativas para os preços praticados, referimo-nos às considerações vistas nos §§ 24, 25 e 43 (fls. 326 e 330/331 do



Processo apenso nº 16.756/2008), transcritas em seguida:

24. Conforme preconizado pelo TCDF, a entidade realizou pesquisa de preços com empresas do Distrito Federal. Compulsando as propostas anexadas às fls. 31 a 41 é possível constatar que o preço de contratação obtido na Ata de Registro de Preços estabeleceu-se em patamar inferior ao obtido na pesquisa junto ao mercado local, conforme demonstramos na tabela a seguir:

Empresa/Registro de Preços	Preço Total (R\$)
Central Oeste	2.339.495,76
Virginia D'Arc	2.661.964,31
Real Festas	2.747.160,24
Registro de Preços (empresa Aplauso)	2.188.430,86

25. Registre-se que a empresa Aplauso, contratada pela Brasiliatur, também é oriunda do Distrito Federal. Em que pese a licitação capitaneada pelo Ministério das Relações Exteriores, da qual a citada empresa sagrou-se vencedora, tivesse como objeto a prestação de serviços em âmbito nacional, não há indícios, a princípio, de ocorrência de distorção dos preços registrados em Ata em função de peculiaridades regionais. **Destacamos, ainda, que na licitação conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores registrou-se a participação de vinte e nove empresas, o que assegurou alto nível de competitividade ao certame.** (grifo nosso)

(...)

43. Considerando que o procedimento licitatório que gerou a Ata de Registro de Preços em questão se afigurou altamente competitivo, com a participação de diversas empresas do segmento de organização de eventos, e tendo em conta que os preços obtidos por meio de pesquisa na praça local foram superiores aos constantes na referida Ata, não vislumbramos indícios de sobre-preço na contratação sob análise.

122. Por oportuno, recordamos os termos do Voto condutor da citada Decisão nº 7378/2008 (fl. 347 do Processo apenso nº 16.756/2008), *verbis*:

Nesse passo, tenho que a reunião dos feitos, na forma sugerida pelo titular da 1ª ICE, permitirá a identificação mais precisa dos atos sujeitos à fiscalização e ao controle deste Tribunal (Decisão nº 6.809/2008). **Além do mais, irá propiciar a uniformização das decisões do Tribunal e a racionalização das atividades de controle a cargo da ICE.** (grifo nosso)

Deste modo, lamentando divergir da instrução de fls. 316/332 e do órgão ministerial, acompanho a proposta do Titular da 1ª ICE quanto ao apensamento dos feitos, na forma já determinada por esta Corte na Decisão nº 6.809/2008 suso mencionada.

123. Registramos, por fim, que ao final da execução do contrato, o próprio Controlador-Chefe da Brasiliatur não registrou qualquer óbice ao



arquivamento do processo (fl. 1293) e que novo exame do Processo nº 371.000.293/2008 *in loco* pela equipe de auditoria não revelou novos achados dignos de recomendações por parte desta Corte de Contas.

Processo nº 371.000.673/2009 – Contrato de Patrocínio com a ALSHOP para realização do evento BRASILSHOP Edição Brasília

124. Trata-se do contrato de patrocínio firmado pela Brasiliatur com a ALSHOP – Associação Brasileira de Lojistas de Shopping, tendo por objeto a realização do evento BRASILSHOP – Edição Brasília (fls. 47/49****), no valor de R\$ 579.096,81.

125. Com relação aos itens de verificação 1.4 e 1.5 da Matriz de Planejamento, relativos às justificativas para a escolha do fornecedor e para os preços, temos por cumpridas as exigências, conforme se evidencia pelos documentos de fls. 39/42**** e 34/35****, respectivamente.

126. Entretanto, sobre a execução do contrato, deve-se fazer duas observações.

127. A primeira refere-se à inexecução parcial de serviços, relativa a duas notas fiscais que apresentaram valores inferiores àqueles inicialmente demonstrados no orçamento de solicitação de patrocínio (fls. 54**** e 13****).

128. O relatório de execução visto às fls. 63/69**** registra que o valor de R\$ 4.500,00 (fls. 66**** e 69****) deveria ser glosado à vista da inexecução parcial do contrato, o que de fato ocorreu, conforme se observa pelos documentos de fls. 82/83****.

129. A segunda observação refere-se à outra inexecução parcial do contrato (fl. 58****), relativa a um anúncio de página inteira no jornal Estado de SP no dia 25/10/2009, previsto no plano de Mídia (fl. 24****), precificado em R\$ 312.000,00, mas não veiculado conforme indicado no Anexo 3 (fl. 27****), tendo sido substituído pela veiculação de três anúncios de um quarto de página no referido jornal, datados de 24/09/2010, 04/10/2010 e 15/10/2010, com valores de R\$ 59.904,00 cada um.

130. O Diretor de Marketing e Negócios consignou, então, à fl. 61****, *verbis*:

2. Tendo em vista a análise feita pelo setorial, **entende-se que a não realização do anúncio no Estado de São Paulo conforme pactuado no projeto representa perda considerável**, por ser este veículo considerado importante meio de comunicação da cidade de São Paulo, com grande visibilidade também em Brasília (cidade sede do evento) tendo um impacto positivo para o turismo da capital.

3. **Sugriu-se então a glosa no valor de R\$ 132.288,00 (cento e trinta e**



dois mil, duzentos e oitenta e oito reais) referente a diferença entre o anúncio de página inteira não veiculado e os três anúncios de ¼ de página realizados no referido veículo.

4. Em tempo **entende-se a possibilidade do patrocinado realizar compensação do valor a ser glosado, oferecendo ao patrocinador veiculações no mesmo veículo.** Salienta-se que tal compensação deverá ser disponibilizada para uso irrestrito do patrocinador, conforme memorando 08/2010 Brasiliatur (folha 801).

131. Às fls. 62**** e 73**** a própria ALSHOP firma Termo de Compromisso, na seguinte forma:

TERMO DE COMPROMISSO

A ALSHOP — Associação Brasileira de Lojistas de Shopping, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 68.167.592/0001-74, com endereço na Avenida Paulista, 949, 5º Andar, São Paulo-SP, por intermédio do seu presidente e representante legal, NABIL SAHYOUN, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 505.732.768-20, previamente qualificados no processo administrativo nº 371.000.673/2009, que trata de patrocínio relativo ao evento "BRASILSHOP", realizado no período de 20 a 22/10/2009, **se compromete por intermédio do presente instrumento particular de cumprir com a contrapartida disposta no item nº 18 do Projeto Básico constante às fls. 10 do processo acima mencionado referente ao plano de mídia proposto, com veiculação de propaganda da Brasiliatur no Jornal Estado de São Paulo e Revista Alshop Notícias, com data limite até o dia 21 de março de 2010, conforme proposta de Plano de Mídia encaminhada para a contratante, disposta às fls. 804 do processo administrativo acima mencionado, estando ciente das responsabilidades administrativas e cíveis no caso de descumprimento do presente termo.**

Brasília, 18 de fevereiro de 2010.

132. De se ressaltar o valor do plano de mídia compensatório proposto, no valor de R\$ 179.712,00 (fl. 62****).

133. Ocorre que o documento visto à fl. 74**** é a última peça presente nos autos referenciando o assunto, sendo sugerida a data de 02/03/2010 para veiculação dos anúncios.

134. Não há nos autos nenhum documento comprobatório da execução do Termo de Compromisso anteriormente descrito, especialmente originais ou cópias das publicações efetivamente realizadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, conforme visto à fl. 62****.

135. Diante da incerteza a respeito da execução do Termo de Compromisso firmado, a equipe de auditoria entrou em contato com a ALSHOP (fl. 1407) a fim de que esta comprovasse a veiculação proposta. A associação



encaminhou cópias dos anúncios divulgados nos dias 20 e 25/05/2010 no jornal O Estado de São Paulo (fls.1408/1410).

136. Sugerimos, portanto, a remessa de cópias dos anúncios veiculados à SETUR, para que inclua informações sobre o cumprimento do acordo feito com a ALSHOP nos autos do Processo nº 371.000.673/2009 **(Sugestão V.a)**.

137. A seguir, o exame dos Processos nºs 371.000.204/2007, 371.000.205/2007 e 371.000.119/2007, sob análise em sede de Tomada de Contas Especial pela SEPLAN.

**Processo nº 371.000.204/2007 – Contrato com
Clube do Cowboy de Uberlândia Ltda. (Victor & Leo)**

138. Trata-se do ajuste firmado pela Brasiliatur com o Clube do Cowboy de Uberlândia Ltda., para contratação da dupla sertaneja Victor & Leo para as comemorações do réveillon/2007 de Brasília/DF (fls. 1/4***).

139. Com relação aos itens de verificação I.4 e I.5 da Matriz de Planejamento, relativos às justificativas para a escolha do fornecedor e para os preços, cumpre destacar as observações feitas pelo então Controlador-Chefe da Brasiliatur sobre o referido contrato, *verbis*:

Sobre os documentos acostados a partir do Parecer da Procuradoria Jurídica, **esta Controladoria aponta as seguintes impropriedades:**

1) A SUPREMA Locadora e Turismo (fls. 132 e 133) em resposta à solicitação do Procurador Jurídico (Ofício nº 003/2008 – PROJU), afirma que as Notas Fiscais de nºs 718 e 719 (fls. 56/57), emitidas por aquela empresa não possuem valor algum para fins de prestação de contas, uma vez que **os serviços não foram prestados e que o pagamento dos seus respectivos valores não foi efetuado pelo Clube do Cowboy de Uberlândia. O total das duas Notas Fiscais perfaz o montante de R\$ 25.300,00** (vinte e cinco mil e trezentos reais). Sobre a outra Nota Fiscal fornecida pela empresa (nº 720 no valor de R\$ 1.800,00), solicitamos que seja apresentada a via original, pois mesmo a empresa SUPREMA afirmando que prestou os serviços, é imprescindível a presença da via original no processo;

2) A Travel & Tours, em correspondência enviada ao Procurador desta empresa (fls.134/135), em resposta ao Ofício nº 002/2008/PROJU, afirma que **a Fatura nº 0001-08, emitida por aquela empresa foi cancelada, significando que os serviços não foram prestados e, conseqüentemente, os valores não foram pagos;**

3) A cópia da Nota Fiscal de nº 000342 de emissão da empresa TÁXI AÉREO MIL Ltda (fl. 53) foi verificada por este setorial que **levanta dúvidas sobre sua validade**, uma vez que a empresa não mais existe com esta razão social e a data limite para emissão da Nota Fiscal é 26-02-2000.



Somente conseguimos verificar a data limite para emissão após solicitação de fax à empresa Mildo Alves Transp, contatada pelo telefone indicado na cópia à fl. 53. No fax recebido, cuja cópia anexamos, não existe a inclusão do rubisco sobre o campo da NF indicativo da data limite de emissão, que podemos observar na cópia à fl. 53. **Sugere-se, portanto, que a Nota Fiscal só seja aceita após a entrega da via original e de verificação junto ao Fisco do Estado de Minas Gerais da regularidade da sua emissão. Informamos que o valor da Nota Fiscal é de R\$ 44.000,00;**

4) Sobre a cópia da Nota Fiscal de nº 000002 de emissão da empresa MS Montagem de Equipamentos para Eventos Ltda. (fl. 54) também realizamos verificação e constatamos que o telefone informado na referida Nota Fiscal é da empresa Clube do Cowboy de Uberlândia, conforme podemos constatar por comparação entre os números informados à fl. 25 e 54 dos autos. **Sobre esta Nota Fiscal, solicitamos que o valor pago somente seja ratificado após a inclusão do original do documento fiscal e após verificação da regularidade daquela empresa junto ao Fisco do Estado de Minas Gerais,** juntamente com uma melhor especificação do material locado (pois a descrição que consta da NF é muito vaga: "locação de cenário e toldo backline do show Victor e Leo em Brasília – DF"), informando as medidas e o material utilizado na confecção do cenário e do toldo. Com as novas informações, poderemos comparar o preço cobrado com o de mercado. Informamos que **o valor da Nota Fiscal é de R\$ 26.000,00;**

5) Sobre a Declaração de recebimento de diárias de alimentação, **sugerimos, s.m.j., o reembolso a esta empresa pública, uma vez que não foram apresentados os contratos de trabalho do pessoal que assinou à fl. 58, como comprovação de vínculo trabalhista com o grupo musical,** e o valor da diária (R\$ 150,00) é quase 7 vezes superior ao pago para o pessoal da BRASILIATUR (R\$ 23,00 por dia). Informamos que o valor total pago a título de Diárias de Alimentação foi de R\$ 4.500,00;

6) **O valor dos impostos (fl. 25), que foram destacados, representando R\$ 96.000,00,** não foi devidamente justificado, conforme solicitação anterior desta Controladoria. **Portanto sugerimos, s.m.j., o reembolso à BRASILIATUR do total pago à contratada;**

7) O valor do agenciamento artístico é negociado entre o agenciador e o artista, não cabendo à BRASILIATUR seu pagamento. O valor do Cachê já inclui o montante que será descontado pelo agente do artista representando. Procedendo da maneira que encontramos à fl. 25, o agenciador estará ganhando dos dois lados da operação (recebendo do artista e da BRASILIATUR). **Portanto, s.m.j., sugerimos o reembolso à BRASILIATUR do valor total referente à agenciamento artístico (R\$ 48.000,00);**

8) Sobre o valor do Cachê artístico, esta Controladoria adiciona ao parecer de fls. 121/123 a sugestão de que seja desconsiderada a justificativa de preços através de cópias de contratos sem registro, apenas com a informação cartorial de que foram conferidos com o original. Contratos não



registrados podem ser facilmente cancelados, da mesma forma que a fatura informada no item 2 acima o foi. Sugerimos que sejam aceitos como prova a emissão de Notas Fiscais válidas e declarações dos clientes anteriores.

140. Após a manifestação da empresa contratada, a então Controladoria da Brasiliatur refutou todas as suas alegações, encaminhando a proposição de abertura de Tomada de Contas Especial, como visto às fls. 30/31***.

141. Após o encaminhamento do processo à então Corregedoria-Geral do DF pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo (fl. 35***), a Subsecretaria de Tomada de Contas Especial fez a remessa daqueles autos à Diretoria de Prevenção e Recuperação do Dano, para *verbis* (fl. 36***): ***“análise e pronunciamento acerca da necessidade de instauração de tomada de contas especial, nos termos do que dispõe o Art. 1º, caput, da Resolução nº 102/1998, do Tribunal de Contas do DF, ressaltando que, à luz do disposto nos Princípios da Economicidade e do Interesse Público, deverão ser adotadas todas as medidas cabíveis à regularização da situação ou à reparação do dano, objetivando evitar a instauração desnecessária de tomada de contas especial”***. (grifo nosso)

142. Mais adiante, face à discussão sobre a competência para instauração de TCE (37/46***), o processo foi à Brasiliatur e retornou à Subsecretaria de Tomada de Contas Especial que despachou, *verbis* (fl. 47***):

Considerando que esta Corregedoria-Geral do DF, conforme consta do OFÍCIO N°. 3322/2010-SUTCE-CGA/CGDF, de 23 de dezembro de 2010, fls. 194, requereu ao Tribunal de Contas do DF o sobrestamento da instrução dos processos que cuidem de prejuízos causados ao Erário do DF, oriundos de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, e considerando, ainda, que as providências preliminares de instrução processual já foram adotadas, envio os autos do processo em epígrafe à **Gerência de Instrução Prévia da Diretoria de Prevenção e Recuperação do Dano**, para mantê-los com carga para essa unidade aguardando o pronunciamento do Tribunal de Contas do DF acerca da definição da competência legal para realizar procedimentos tomadores oriundos de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, cujo exame da matéria está sendo realizado nos autos do Processo TCDF n°. 40.910/2009.

143. A competência para instauração de TCE nos processos da Brasiliatur foi esclarecida com a publicação da Instrução Normativa nº 5, de 7/12/2013, da Secretaria de Transparência e Controle:

Art. 13 **As apurações sobre fatos ocorridos no âmbito de entidades incorporadas, extintas, liquidadas, em processo de liquidação ou sob intervenção, salvo disposição em contrário, deverão ser instauradas pelo Secretário de Estado supervisor a que estiver vinculada a entidade,**



independentemente do agente público envolvido. (grifo nosso)

144. Ressalte-se que o Decreto nº 32716, de 1/01/2011, art. 26 § 4º, II vinculou a Brasiliatur – em liquidação à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do DF – SEPLAN. A TCE para tratar das irregularidades concernentes a este contrato foi instaurada por meio da Ordem de Serviço nº 4, de 30/04/2013, publicada no DODF nº 104, de 21/05/2013, página 72, a qual será examinada por esta Corte no âmbito do Processo nº 21.378/2013.

145. A nosso ver, a princípio, as medidas adotadas com relação ao processo mencionado são satisfatórias, não havendo providências adicionais a serem recomendadas.

Processo nº 371.000.205/2007 – Contratação de atração musical para Reveillon 2007/2008 (Revelação e Fundo de Quintal)

146. Trata-se do ajuste firmado pela Brasiliatur com a Regional Comércio e Serviços Ltda., para contratação dos grupos Revelação e Fundo de Quintal para as comemorações do réveillon/2007 de Brasília/DF (fls. 64/70***).

147. Com relação aos itens de verificação I.4 e I.5 da Matriz de Planejamento, relativos às justificativas para a escolha do fornecedor e para os preços, cumpre destacar as observações feitas pelo Controlador-Chefe da Brasiliatur sobre o referido contrato, *verbis* (fls. 71/72***):

(...)

1) À fl. 83, a Procuradora (Respondendo) da BRASILIATUR ratifica o parecer elaborado pelo Chefe do Núcleo de Contratos e Convênios, desde que atendidas as formalidades do art. 26 da Lei nº 8.666/93. (...)

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço; (...)

Observa-se que os incisos II e III são imprescindíveis para contratação em tela. Já as fls. 34 e 35 encontramos as Cartas de Exclusividade, emitidas pelos representantes do Grupo Fundo de Quintal e do Grupo Revelação à empresa Regional Comércio e Serviços Ltda., concedendo exclusividade para a contratação das atrações musicais apenas durante as comemorações da festa de réveillon.

Ressaltamos que o termo: “exclusivo” significa, segundo o Dicionário Michaelis:

Exclusivo. Ex.clu.si.vo *adj* (excluso+lvo) **1** Que exclui; que tem força ou direito para excluir. **2** Incompatível com outra coisa, **3** Especial, privativo, restrito. *sm* Direito de não ter concorrentes numa indústria ou numa empresa.



A análise do significado da palavra em conjunto com o inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93 orienta o setor público a contratar, por inexigibilidade de licitação, somente o artista ou seu empresário exclusivo, ou seja, excluído qualquer outro.

Segundo podemos observar às fls. 34 e 35, a empresa Regional Comércio e Serviços não era o empresário exclusivo dos grupos e os artistas poderiam ser contratados diretamente, conforme análise das fls. 38 a 69.

Portanto, entendemos que não restou comprovada a exclusividade do contratado.

2) Solicitamos a apresentação de justificativa de preço para a presente contratação, conforme previsto no art. 26, parágrafo único, inciso III.

(...)

148. Após a manifestação da executora do contrato (fls 74/76***), a Controladoria teceu o seguinte comentário, dentre vários outros, como visto às fls. 79/80***.

3) Os documentos apresentados, como "Projeto Reveillon Monumental 2007/2008" (fls. 03/23) não indicam nenhuma contratação de serviços que não seja a apresentação das próprias bandas (no caso, fls. 07 e 08), sendo que às fls. 25 e 26 **são acrescentados no processo, pela empresa REGIONAL, outros "serviços". Para tais serviços não encontramos, nos autos, a justificativa de preços. A REGIONAL incluiu nos "serviços" o custo de impostos e lucro, valores que já devem constar dos preços cobrados. Os impostos, por sua vez, são, em sua maioria, indiretos e fazem parte dos preços. O lucro é indiscutivelmente inserido nos valores cobrados dos clientes.**

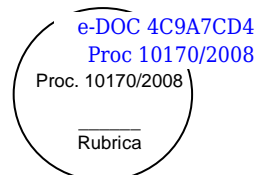
Quanto a este quesito, solicitamos informar se é devido o pagamento dos valores, extra cachê, expressos nas fls. 25 e 26. Aqui, devemos fazer uma ressalva de que **o contratado não apresentou nenhuma comprovação da execução desses "serviços", mesmo depois de notificado pela executora, conforme Ofício de fl. 138.**

149. O próprio Controle Interno após análise do referido contrato chegou às seguintes conclusões (fls. 84***):

Comparando os contratos apresentados na proposta da "Regional Comércio e Serviços Ltda", elaboramos o quadro a seguir a fim de comparar os valores de outros contratos dos grupos musicais.

Tabela 13

Grupo Musical	Local	Valor (R\$)
Revelação	BRASILIA TUR	220.000,00

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

	Juiz de Fora – MG	105.000,00
	Quissamã – RJ	75.000,00
	BRASILATUR	160.000,00
Fundo De Quintal	Brazlândia – DF	85.000,00
	Unaí – MG	95.000,00

A empresa Regional Comércio e Serviços Ltda é representante legal dos grupos musicais, para fins comerciais, mas a exclusividade não engloba os serviços de apoio como hospedagem, alimentação e transporte, conforme demonstrado nos contratos apresentados para a comprovação dos preços em que esses itens ficaram por conta da contratante e não estavam incluídos nos preços dos serviços.

O documento elaborado pelo Executor do Contrato não contém informações circunstanciadas sobre o cumprimento das obrigações do contratado, expressa afirmações gerais de que o evento se encontra dentro da função social da empresa, que o evento contou com uma programação de 15 horas de shows na área da Esplanada dos Ministérios e que as bandas representadas pela contratada se apresentaram durante o dia e parte da noite.

A competência e responsabilidade do Executor do Contrato estão fixadas no art. 67 da LLC e Decreto n°. 16 098, art. 13, inciso II e § 3°, inciso I.

RECOMENDAÇÕES:

- **apurar responsabilidade, mediante processo de Tomada de Contas Especial, pelas contratações dos grupos "Revelação" e "Fundo de Quintal" por preço acima dos praticados no mercado;**
- elaborar Projeto Básico para as contratações realizadas pela empresa, com os elementos necessários para definir o objeto que venha a ser contratado conforme previsto no art. 6°, inciso IX, combinado com o inciso II, § 2° do art. 7° da Lei n°. 8.666/93; (...)

150. O processo foi conduzido à então Corregedoria-Geral do DF (fls. 87/88***), com o indicativo de instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Por ocasião de nossa visita *in loco* à Secretaria de Transparência e Controle, que detinha a carga do referido processo, foi-nos informado que a tendência era pelo acolhimento das recomendações da auditoria realizada pelo Controle interno, conforme relatado anteriormente.

151. Entretanto, foi instaurada TCE para tratar das irregularidades concernentes a este contrato por meio da Ordem de Serviço nº 6, de 30/04/2013, e o TCDF acompanhará o andamento do procedimento por meio do Processo nº 21.351/2013.



152. A nosso ver, as medidas adotadas com relação ao processo mencionado são satisfatórias, não havendo providências adicionais a serem recomendadas.

**Processo nº 371.000.119/2007 – Contratação de empresas
para realização do Natal Solidário do DF/2007**

153. Trata-se de contratação de empresas para realização do Natal Solidário do DF/2007, tendo sido realizado o Pregão Eletrônico nº 560/2007-CECOM/SUPRI/SEPLAG (cópia parcial - fls. 58/61***), com base no Termo de Referência visto às fls. 49/57***.

154. Com relação aos itens de verificação I.4 e I.5 da Matriz de Planejamento, relativos às justificativas para a escolha do fornecedor e para os preços, e ainda, com relação a outras irregularidades verificadas ao longo da licitação e execução dos contratos decorrentes, cumpre destacar que o Tribunal acompanhou mencionado certame por meio do Processo nº 37.988/2007, cuja última decisão estabeleceu, *verbis*:

DECISÃO Nº 6154/2007 - O Tribunal decidiu:

1 - por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora: I. tomar conhecimento (...) / II. considerar cumpridas as determinações contidas nos itens II.a, II.b e III da Decisão nº 5.911/2007; / III. autorizar o prosseguimento do certame e o retorno dos autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento;

2 - por maioria, acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, **determinar a fiscalização do contrato que vier a ser estabelecido, especialmente quanto à economicidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado.** Vencidas, neste quesito, as Conselheiras MARLI VINHADELI e ANILCÉIA MACHADO. (grifo nosso)

155. Assim, foi realizada inspeção na Empresa Brasiliense de Turismo, tratada no âmbito do Processo nº 769/2008, a qual provocou a deliberação plenária transcrita a seguir, por meio da qual solicitou-se à Brasiliatur diversos esclarecimentos:

DECISÃO Nº 1390/2008 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento da Informação nº 1/2008;

II) determinar à Empresa Brasiliense de Turismo - Brasiliatur que, relativamente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 560/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG e aos contratos dele decorrentes:

a) apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, tendo em vista o que dispõe o art. 65, I, da Lei nº 8.666/93, circunstanciados **esclarecimentos de forma a comprovar a equivalência**



quantitativa entre os serviços previstos nos itens 1 do lote 1 (iluminação arquitetônica dos prédios da Rodoviária e da Rodoferroviária do Plano Piloto, em frente, laterais, fundo, térreo e platô superior) e 6 do lote 5 (instalação de seis bonecos de “Papai Noel Espião”) **e os efetivamente realizados** (iluminação nas áreas externas do Centro de Convenções e da Residência Oficial de Águas Claras e instalação de um boneco de “Papai Noel Espião);

b) com base no artigo 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, justifique, no mesmo prazo, **as razões de, na contratação direta dos eventos Parque de Diversões Inflável e Espaço Cenográfico**, ter aderido à proposta oferecida por uma única empresa, em vez de novamente recorrer ao mercado para buscar ofertas ainda mais interessantes – ou, pelo menos, para confirmar a razoabilidade da primeira proposta;

III) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE.

156. Após a oitiva da jurisdicionada, o Tribunal, mediante a Decisão nº 1518/2009, decidiu, *verbis*:

I - tomar conhecimento das justificativas apresentadas pela Empresa Brasiliense de Turismo – BRASILIATUR, em cumprimento à Decisão nº 1390/2008; / II - considerar parcialmente cumprida a diligência determinada no item II da referida decisão;

III - **determinar à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Controle Interno que instaure tomada de contas especial com objetivo de apurar as irregularidades apontadas** no Relatório de Inspeção nº 01/2008, com os acréscimos constantes da Informação nº 176/2008, **resultantes da prática de preços acima dos padrões de mercado na execução dos serviços, com dispensa de licitação**, constantes do contrato celebrado com a empresa Técnicas Promocionais de Eventos Ltda. - TECNIPROM, para cumprimento do objeto inicialmente previsto nos lotes 02 e 05 do Pregão Eletrônico nº 560/2007;

(...)

157. Após apreciar os requerimentos das então SEOPS e SDET mencionados no item I da Decisão nº 5688/2010, a seguir transcrita, o Tribunal decidiu repassar a incumbência de apuração da TCE retromencionada à Secretaria de Turismo, nos seguintes termos:

I - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 772/2009-GAB/SEOPS, de 25/05/09, 1752/2009-PRESI, de 21/09/09, e 374/2009-GAB/SDET, de 26/11/09 (fls. 232/237, 239 e 241), em atenção à determinação constante do item III da Decisão 1518/2009;

II – nos termos dos arts. 153 e seu parágrafo único do Regimento Interno



do TCDF e 4º, § 1º, da Resolução TCDF nº 102/98 e do Decreto nº 31.699/10, **determinar à Secretaria de Estado de Turismo que, no prazo de 60 (sessenta) dias, conclua a tomada de contas especial a que se refere o item III da Decisão nº 1518/2009 (enviar cópia), já iniciada no Processo GDF nº 480.000.440/2009;**

III – dar ciência desta decisão à Corregedoria-Geral do Distrito Federal.

158. Na Decisão nº 5180/2011 do Processo nº 769/2008, o Tribunal decidiu reiterar à Secretaria de Estado de Turismo que, no prazo de 30 (trinta) dias, desse cumprimento ao disposto no item II da Decisão nº 5688/2010, alertando-a de que o não cumprimento, sem causa justificada, da diligência determinada, poderia ensejar aos responsáveis a aplicação da penalidade prevista no inciso IV, do art. 57, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o inciso V do art. 182 do RI/TCDF.

159. No âmbito do Processo nº 371.000.119/2007, ao tempo da análise da equipe de auditoria, o último despacho, da lavra da Subsecretária de Tomada de Contas Especial, de 28/12/2010, dava conta que (fl. 62***):

Considerando que esta Corregedoria-Geral do DF, conforme consta do OFÍCIO Nº. 3322/2010-SUTCE-CGA/CGDF, de 23 de dezembro de 2010, fls. 530, requereu ao Tribunal de Contas do DF o sobrestamento da instrução dos processos que cuidem de prejuízos causados ao Erário do DF, oriundos de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, e considerando, ainda, que as providências preliminares de instrução processual já foram adotadas, envio os autos do processo em epígrafe à **Gerência de Instrução Prévia da Diretoria de Prevenção e Recuperação do Dano**, para mantê-los com carga para essa unidade aguardando o pronunciamento do Tribunal de Contas do DF acerca da definição da competência legal para realizar procedimentos tomadores oriundos de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, cujo exame da matéria está sendo realizado nos autos do Processo TCDF nº. 769/2008.

160. Sanada a questão da competência para instauração da TCE, o TCDF, por meio da Decisão nº 441, de 07/02/2013, determinou à SEPLAN que, no prazo de 60 (sessenta) dias, concluísse a Tomada de Contas Especial referente ao item III da Decisão nº 1518/09, iniciada no Processo GDF nº 480.000.440/09.

161. No Ofício nº 349/2013 – GAB/SEPLAN, de 22/05/2013, a Secretaria comunicou ao Presidente do TCDF a instauração de 64 (sessenta e quatro) Tomadas de Contas Especiais, dentre elas, a referente ao Processo nº 371.000.119/2007. A TCE foi instaurada por meio da Ordem de Serviço nº 6, de 30/04/2013, publicada no DODF nº 104, de 21/05/2013, página 72.

162. Por meio do Ofício nº 392/2013, de 12/06/2013, a SEPLAN solicitou prorrogação de prazo por 60 (sessenta) dias para dar cumprimento à



Decisão nº 441/2013. O pedido foi atendido, como registrado no Despacho Singular nº 431/2013 – GCAM, de 24/06/2013.

163. A nosso ver, a princípio, as medidas adotadas com relação ao processo mencionado são satisfatórias, não havendo providências adicionais a serem recomendadas.

164. Segue-se agora a análise dos processos cujas irregularidades deflagraram os Achados de Auditoria nºs 4 e 5.

2.3.1 Achado nº 4 – Contratação por dispensa/inexigibilidade de licitação sem observar os requisitos do art. 26 da Lei nº 8666/1993.

Critério

165. Incisos I, II e III, parágrafo único, do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/1993⁹.

Análises e Evidências

Processo nº 371.000.207/2007 – Contratação do IEL/DF para prestação de serviços de manutenção do Pavilhão de Exposições – EXPOBRASÍLIA

166. Trata-se do contrato firmado pela Brasiliatur com o Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal – IEL/DF, para prestação de serviços de manutenção do Pavilhão de Exposições – EXPOBRASÍLIA (fls. 121/124***), no valor de R\$ 324.575,04.

167. Com relação aos itens de verificação I.4 e I.5 da Matriz de Planejamento, relativos às justificativas para a escolha do fornecedor e para os preços, **temos por não atendidos**, cumprindo ressaltar que o Parecer Jurídico n. 023-2007/PROCURADORIA/ASEJU (fls. 112/116***), anterior à assinatura do contrato, asseverava que, *verbis* (fl. 114***):

Ressaltando como previsto neste artigo, que **o pedido será instruído**, no que couber, com os elementos que **caracterizem a situação emergencial** ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso, **a razão da escolha do fornecedor ou executante, a justificativa do preço** e o

⁹ Art. 26 (...) Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.



documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

168. Apesar disso, o despacho de fl. 117***, a autorização de fl. 118* e o Ato de Ratificação de Dispensa de Licitação de fl. 119*** simplesmente ignoraram as recomendações apontadas e o contrato foi assinado.

169. Ocorre que, ao solicitar providências para o pagamento das notas fiscais de nº 679, 747 e 729 (fls. 129/132***), o Instituto Euvaldo Lodi deixou de atender as exigências de recolhimento de diversos encargos trabalhistas previstos no item 9.1, incisos I e II do Contrato nº 5/2008 (fl. 122***), tendo o executor do contrato avisado previamente sobre tal exigência (fl. 133***).

170. Mediante o ofício visto às fls. 138/139***, o IEL/DF vem novamente requerer o pagamento das citadas notas fiscais, revelando que, *verbis*:

Os valores das Notas Fiscais nº. 0679; 0729 e 0747, **com referência aos meses de março, abril e maio do ano de 2008**, perfazem um montante de R\$ 162.287,55 (cento e sessenta e dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) e **efetivamente correspondem aos serviços prestados durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2007, que não foram faturados à época, por ausência de instrumento contratual.** (grifo nosso)

171. Ou seja, surpreendentemente, apesar das mencionadas notas fiscais terem sido emitidas relativamente aos meses de março, abril e maio/2008 (fls. 130/132***), referem-se, na verdade, a meses anteriores à vigência do Contrato nº 5/2008.

172. Pela conclusão do Parecer Jurídico nº 57-2009/PROCURADORIA/ASJUR verifica-se (fl. 140/143***), *verbis* (fl. 143***):

Pelo exposto, feitas tais considerações e, verificando que as Notas Fiscais n.º 679, 729 e 747, objeto do pedido correspondem a serviços prestados em meses que não cabia a BRASILIATUR a administração do imóvel denominado Pavilhão de Feiras e Exposição do Parque da Cidade - EXPOBRASILIA, conforme declaração de fls. 169, assim, entendo, salvo melhor juízo, que **carece de amparo legal o pagamento das referidas Notas Fiscais, sendo que tal responsabilidade cabe a FIBRA.** (grifo nosso)

173. E assim tais notas fiscais não foram pagas (fl. 144***).

174. Ocorre, todavia, que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ajuizou Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa (fls. 145/154***) contra os nominados às fls. 145/146***, argumentando pela ilegalidade da contratação emergencial realizada, resumidamente em face do



seguinte (fls. 146/151***), *verbis*:

A Lei Distrital nº 3.982, de 25 de abril de 2007 autorizou a instituição da BRASILIATUR e a encarregou da exploração econômica e administração do Pavilhão supra referido.

Por ocasião da publicação da referida Lei, o bem público encontrava-se **indevidamente** sob administração do Consórcio FIBRA/FECOMÉRCIO/CLDF, com amparo no contrato de concessão uso nº 08/1997, firmado com a antiga Secretaria de Turismo do Distrito Federal, cujo termo final já estava expirado.

Na época, tramitava junto à Secretaria de Turismo o processo administrativo nº 210.000.639/96, visando renovar o contrato de concessão de uso. Contudo, as manifestações jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal foram contrárias à renovação e o processo restou finalmente encerrado.

Diante da impossibilidade jurídica de renovação do contrato, os gestores da BRASILIATUR passaram a permitir que o Instituto Euvaldo Lodi, entidade criada sob os auspícios da Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA), prestasse serviços de manutenção e administração do pavilhão, sem a devida cobertura contratual, no período compreendido entre os meses de setembro a dezembro de 2007.

Já em 15 de dezembro de 2007, foi assinado o contrato administrativo nº 05/2008 entre a BRASILIATUR e o IEL, tendo por objeto a prestação de serviços relativos à manutenção e administração do Pavilhão de Exposição e Eventos "ExpoBrasília", com prazo de vigência de 06 meses (até o 31 de maio de 2008), a contar de sua assinatura.

O valor da contratação atingiu a monta de R\$ 324.575,04 (trezentos e vinte e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), **tendo sido pago ao IEL o valor de R\$ 135.239,62 mediante a expedição das Ordens Bancárias nº 20080B00164, 20080B00165, 20080B00199 e 20080B00200.**

A contratação foi feita de modo direto, em regime de dispensa de licitação, invocando, **indevidamente**, a hipótese de emergência.

Ocorre que a formalização do contrato não atendeu a **nenhuma** das exigências previstas no art. 26, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos, a saber:

- 1 - caracterização da situação emergencial que justifique a dispensa;
- 2 - razão da escolha do executante;
- 3 - justificativa do preço.

Passamos a demonstrar.



O contrato em estudo foi firmado no âmbito do processo administrativo nº 371.000.207/2007, instaurado - **diga-se de passagem, apenas um dia antes da assinatura do instrumento contratual** - para atender a norma do art. 26 da Lei 8.666/93, que dispõe a respeito da necessidade e dos requisitos indispensáveis ao processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Embora a oportunidade fosse aquela, não foi produzido nenhum ato no sentido de justificar a emergência.

Ao contrário, no bojo do processo administrativo foi lançado parecer da Assessoria Jurídica-Administrativa do órgão, que alertou para a necessidade de se demonstrar a situação de urgência no caso concreto **acaso configurada**¹⁰.

Acontece que a ressalva foi simplesmente desconsiderada pelo segundo requerido que, na qualidade de Diretor de Administração e Finanças da Brasiliatur, imediatamente após o parecer jurídico e sem tomar nenhuma providência para sanar a pendência apresentada, determinou o empenho de despesa no valor inicial de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e demais providências complementares, com vistas a celebração do Termo, publicação do seu extrato na imprensa oficial e designação de executor para acompanhar a execução das ações.

Mesmo diante desse quadro de flagrante ilegalidade, a Diretoria Executiva da Empresa, composta dos requeridos Ivan Valadares (Diretor de Marketing e Negócios), Vera Sanches (Diretora de Turismo), Luiz Bandeira da Rocha Filho (Diretor de Administração e Finanças) e César Augusto Gonçalves (Presidente), ratificou a dispensa de licitação.

Assim, apesar do ato de dispensa de licitação invocar uma virtual situação de urgência, em nenhum momento logrou-se demonstrá-la de forma nítida, concreta e plausível, ao ponto de satisfazer a exigência legal.

Destaque-se, por oportuno, que a situação emergencial não pode ter se originado da falta de planejamento ou de desídia administrativa, ou seja, não pode ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação. Nesse sentido, confira-se a Súmula 72 do TCDF.

Não existe, tampouco, no bojo do procedimento administrativo, a demonstração da razão da escolha do executante e a justificativa do preço, dois dos objetivos do procedimento prévio, ambos exigências

¹⁰ Transcrevemos, *in verbis*, trecho do parecer: “O processo administrativo de contratação direta emergencial **deve ser documentado com expedientes que evidenciem da emergencial situação, bem como da concreta e efetiva potencialidade de dano irreparável**, ou seja, faz-se necessária comprovação documental de potenciais prejuízos que não possam ser recompostos posteriormente.” (fls. 148/149***)



legais. (grifo nosso)

Os administradores públicos não têm liberdade para escolher seus parceiros por critérios meramente subjetivos ou informais, conforme aconteceu no caso em análise.

De fato, o que houve foi o total desrespeito aos preceitos da Lei de Licitações e Contratos, limitando-se os administradores apenas a indicar a suposta urgência na contratação e a disponibilidade de recursos sem qualquer suporte fático.

Isso ainda não é tudo.

Durante a instrução do Procedimento de Investigação Preliminar nº 08190.014755/2008-99, instaurado pela 6ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social do MPDFT, apurou-se que os serviços especificados nas notas fiscais nº 679, 747 e 729, acostadas ao processo de execução do contrato, não foram prestados pelo IEL nos meses de março, abril e maio de 2008, conforme consta no campo referente à discriminação dos serviços, e sim, em setembro, outubro e novembro de 2007, período não alcançado pela cobertura contratual.

Nenhuma delas, registre-se, contou com o indispensável atesto para sua liquidação e pagamento.

Em depoimento prestado perante ao Ministério Público, o executor do contrato afirmou ter deixado de atestar as notas fiscais acima referidas, por terem sido emitidas contendo informações falsas, com intuito de permitir o pagamento dos serviços prestados anteriormente.

Desta forma, é inarredável a conclusão de que a contratação do IEL, assentada numa suposta hipótese de dispensa de licitação, foi na verdade um embuste com o claro objetivo de dar uma aparência de legalidade a prestação de serviços efetuados sem cobertura contratual e possibilitar o seu pagamento.

175. Ao final, O MPDFT traz os seguintes requerimentos, *verbis* (fls. 153/154***):

1. a notificação dos REQUERIDOS para apresentarem suas manifestações, na forma do disposto no art. 17, §7º, da Lei 8.429/92;
2. prestadas ou não, que seja recebida a presente ação e citados os RÉUS para apresentarem resposta (art. 17, §9º, da Lei 8.429/92), sob pena de revelia.
3. a citação do DISTRITO FEDERAL para querendo se posicionar como litisconsorte nos termos do art. 17 § 3º da Lei 8.429/92.
4. Que sejam julgados procedentes os pedidos para:



4.1 condenar solidariamente os requeridos ao ressarcimento integral do dano, de R\$ 135.239,62 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos), devidamente atualizado e corrigido a partir da data do pagamento.

4.2 decretar a perda do cargo público do primeiro, segundo, terceiro e quarto requeridos.

4.3 decretar a suspensão dos direitos políticos dos requeridos pelo prazo de oito anos.

4.4 condenar solidariamente os requeridos ao pagamento de multa civil no valor de R\$ 270.479,24 (duzentos e setenta mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos) correspondente a duas vezes o valor da condenação.

4.5 decretar sobre todos os requeridos a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios pelo prazo de cinco anos.

176. Ao examinar o andamento do referido processo, verificamos que referida ação de improbidade foi recebida em juízo, porém não há decisão de mérito proferida naqueles autos (fls. 155/158*** e 1403/1406).

Processo nº 371.000.160/2007 – Contratação do Instituto Brazil Global para montagem e instalação do Presépio de Brasília – 2007

177. Trata-se do contrato firmado pela Brasiliatur com o Instituto Brazil Global, para prestação de serviços de execução e acompanhamento da montagem e instalação, em todas as suas fases, do projeto natalino exclusivo e original denominado de Projeto de Presépio de Brasília – 2007 (fls. 223/226***), no valor de R\$ 645.000,00.

178. Com relação aos itens de verificação I.4 e I.5 da Matriz de Planejamento, relativos às justificativas para a escolha do fornecedor e para os preços, **temos por não atendida a questão da justificativa dos preços**, cumprindo ressaltar que o Parecer Nº. 796/2007-PROCAD/PGDF (fls. 193/200***), anterior à assinatura do contrato, asseverava que, *verbis* (fl. 195***):

Quanto à **Justificativa do Preço de fls. 27**, bem como em relação à **planilha apresentada as fls. 73** e os documentos utilizados como parâmetro de preços, ressaltamos que os mesmo (*sic*) **são insatisfatórios para demonstrar a compatibilidade do preço proposto com os preços praticados no mercado.** (grifo nosso).

179. Note-se que a justificativa de preços apresentada no Projeto Básico posterior ao referido Parecer, de fls. 204/205***, é a mesma combatida



por tal Parecer, vista na Proposta de Trabalho à fl. 170/171***. Ou seja, nada se acrescentou no sentido de atender à observação da Procuradoria Geral do DF.

180. Assim, o despacho de fls. 218/219*** e o Ato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação de fls. 220/221*** e 227*** simplesmente ignoraram a recomendação da PGDF quanto à necessária justificativa de preços, prevista pelo inciso III, parágrafo único, do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, tendo sido assinado o contrato *sub examine*.

181. Note-se, neste sentido, a manifestação do Controlador-Chefe da Brasiliatur vista às fls. 230/231***, *verbis*:

(...) 3) A Planilha de Preços apresentada pelo IBG (fl. 73) indica o pagamento de diversos itens, **para os quais só encontramos a justificativa de preços (na forma do arrazoadado de fls. 95/96), que trata da criação e do projeto arquitetônico (R\$ 86.478,00). O restante do valor cobrado, R\$ 558.522,00, encontra-se desamparado de justificativa, conforme determina o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93.** Quanto àquela Planilha, este setorial entende que é indevida a cobrança de impostos, pois estes já devem compor os preços cobrados e por se tratar de entidade sem fins lucrativos (conforme podemos observar à fl. 64). É também, indevido, no nosso entendimento, o pagamento de Margem de Contribuição (que não conseguimos identificar do que se trata).

Há também, indícios de cobrança em duplicidade do valor relativo a mão-de-obra, uma vez que houve cobrança relativa a materiais e serviços, ao tempo que é cobrado valor referente a mão-de-obra mais encargos sociais. **Não foram detalhados as quantidades e os custos unitários em ambos os casos.**

182. A manifestação do liquidante da Brasiliatur, vista à fl. 239***, acompanhou a do então Controlador-Chefe da Brasiliatur (fl. 238-verso), no sentido de encaminhar o Processo nº 371.000.160/2007 à então Corregedoria-Geral do Distrito Federal, solicitando, *verbis*:

(...) adoção dos procedimentos administrativos para a **instauração do respectivo processo administrativo disciplinar – PAD**, visando apurar a responsabilidade dos agentes que deram causa as irregularidades consignadas às folhas 348 a 350 dos autos e **em concluindo pela existência de prejuízo ao erário, nos termos do pronunciamento alhures a consequente instauração de Tomada de Contas Especial.**

183. Todavia, a então Assessora de Controle, Apuração e Instrução Processual da Corregedoria-Geral, após concluir que nos autos não se encontravam claramente definidos os argumentos e fatos motivadores de instauração de uma TCE, devolveu o processo à SETUR em 29/12/2010 (fl.



243***), para adotar as medidas pertinentes ao caso, *verbis* (fls. 241/242***):

9. O presente processo retornou ao setor de controle interno e ali permaneceu até o último mês de novembro, oportunidade em que o Controlador Chefe encaminhou o processo à apreciação superior, **propondo a abertura de Tomada de Contas Especial, em face de suposto superfaturamento dos serviços contratados, embora tal irregularidade não tenha sido aventada nos pareceres anteriores.**

10. À vista disso e em face da empresa Brasiliatur ter sido dissolvida por meio do Decreto nº 31.699 de 18 de maio de 2010, **o Senhor Liquidante nomeado para proceder a liquidação da referida empresa enviou os autos a esta Corregedoria-Geral, objetivando a instauração não só de Tomada de Contas Especial como também de Processo Administrativo Disciplinar.**

11. Conforme se depreende do presente relato, nos presentes autos **não se encontram claramente e definitivamente definidas as falhas e irregularidades a serem apuradas**, haja vista ter restado ao setor de controle da Brasiliatur posicionar-se conclusivamente quanto as justificativas apresentadas pelo Executor do contrato firmado e quanto ao posicionamento esboçado pela Assessoria Jurídica da referida empresa.

12. É certo que a última manifestação externada pelo controle interno foi no sentido de instauração de TCE por haver indícios de superfaturamento, **no entanto não constam do despacho exarado, pelo setor citado, os argumentos e os fatos que embasaram a sua conclusão.**

13. Mencionada omissão demonstra que **antes da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar será necessária a realização de apuração prévia dos fatos, por meio de Sindicância**, objetivando apontar as falhas, os ilícitos cometidos e os respectivos responsáveis, haja vista a possibilidade do envolvimento dos então diretores e Presidente da Brasiliatur, confirme consignado no parecer da Assessoria Jurídica.

(...)

18. Importante assinalar que **a Secretaria de Turismo poderá realizar o levantamento e as apurações** e, caso comprovada a irregularidade, poderá reaver os recursos supostamente despendidos por meio de ação judicial própria e por intermédio da Procuradoria-Geral do DF. Quanto aos empregados públicos, cuja atuação irregular for comprovada por meio de inquérito, lembro que estes poderão ter a rescisão de seus contratos convertida em demissão por justa causa, se constatada as condutas enumeradas no art. 482 da CLT.

(...)

20. Ante o exposto **proponho o encaminhamento do presente processos à Secretaria de Estado de Turismo para**, na qualidade de Órgão ao qual anteriormente estava vinculada a Brasiliatur, Órgão representante do Distrito



Federal, sucessor e supervisor da Empresa Brasiliense de Turismo, **adotar as medidas pertinentes ao caso.**

21. Sugiro, ainda, que cópia do presente despacho seja juntada ao Processo nº 480.002296/2010, haja vista a correlação da matéria, **objetivando, ao final, conhecer das providências adotadas pela Secretaria de Turismo.** (grifo nosso)

184. Entretanto, em inspeção realizada no dia 17 de julho de 2013, constatou-se que nenhuma providência foi adotada pela SETUR após receber as recomendações da Secretaria de Transparência e Controle.

Causas

185. Omissão dos gestores, caracterizada pela negligência em dar cumprimento ao comando legal previsto nos incisos I, II e III, parágrafo único, do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Efeitos

186. Inobservância do princípio constitucional da isonomia, frustração da competitividade e incerteza quanto a regular aplicação dos recursos públicos.

Considerações do Auditado

187. Não foram encaminhadas considerações sobre o Relatório Prévio de Auditoria ao TCDF, em atenção à Decisão nº 5172/2012.

Responsabilização

Tabela 14

Descrição da irregularidade	Período de ocorrência	Prejuízo
Dispensa/inexigibilidade de licitação sem a observância dos comandos legais previstos nos incisos I, II e III, parágrafo único, do artigo 26 da Lei 8666/1993.	Dez/2007	Não aplicável

Responsáveis Indicados

Tabela 15

Responsável	Cargo	Conduta	Nexo Causal	Prejuízo imputado
Ivan Valadares de Castro	Diretor de Marketing e Negócios à época (fl. 119***, 220/221*** e 227***)	Ação culposa na modalidade negligência ao ratificar a dispensa/inexigibilidade de licitação.	Sem a ratificação, não haveria dispensa / inexigibilidade.	Não aplicável



Responsável	Cargo	Conduta	Nexo Causal	Prejuízo imputado
César Augusto Gonçalves	Presidente da Brasiliatur à época (fls. 118/119***, 124***, 219 a 221*** e 226 a 228***)	Ação culposa na modalidade negligência ao ratificar a dispensa/inexigibilidade de licitação.	Sem a ratificação, não haveria dispensa / inexigibilidade.	Não aplicável
Luiz Bandeira da Rocha Filho	Diretor de Administração e Finanças à época (fls. 117***, 119***, 124***, 219 a 221*** e 226 a 228***)	Ação culposa na modalidade negligência ao ratificar a dispensa/inexigibilidade de licitação.	Sem a ratificação, não haveria dispensa / inexigibilidade.	Não aplicável
Vera Sanches	Diretora de Turismo à época (fls. 119***, 220/221*** e 227***)	Ação culposa na modalidade negligência ao ratificar a dispensa/inexigibilidade de licitação.	Sem a ratificação, não haveria dispensa / inexigibilidade.	Não aplicável

Proposições

188. Sugere-se a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 15, com fundamento no art. 182, §5º, da Resolução nº 38/1990, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa pela irregularidade apontada na Tabela 14, tendo em vista a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, II, da LC nº 01/1994 (**Sugestão V.c**).

189. Ademais, propõem-se determinação à Secretaria de Planejamento e Orçamento para que, com fundamento na Resolução nº 102, art. 1º, §3º e §5º, instaure Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos concernentes ao preço cobrado para Contratação do Instituto Brazil Global, Processo nº 371.000.160/2007 (**Sugestão IV.b**).

Benefícios Esperados

190. Prevenção de ocorrências similares.

2.4 QA 4: A composição do quadro de pessoal da Brasiliatur esteve dentro da legalidade ao longo de sua existência?

Não, especialmente no que se refere a não realização de concurso público para preenchimento das vagas, conforme previsto pelos incisos 8º e 24 da Lei Distrital nº 3.982, de 25/04/2007¹¹.

¹¹ Lei que dispõe sobre a autorização para a instituição da Empresa Pública denominada Empresa Brasiliense de Turismo (BRASILIA TUR) e dá outras providências.

Art. 8º. O regime de pessoal será o da Consolidação das Leis do Trabalho, **condicionada a contratação**



191. O exame do Processo nº 371.000.478/2008 (cópia parcial às fls. 96/161****) revela que a Brasiliatur foi notificada pelo Ministério Público do Trabalho (fl. 90****) a respeito de representação instaurada pela Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região (fl. 91****), versando sobre irregularidade na admissão de pessoal pela referida empresa ao utilizar o instituto do emprego em comissão.

192. Tendo o MPT apresentado uma minuta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à empresa (fls. 93/96****), a Brasiliatur, após consultar a Corregedoria-Geral e a Secretaria de Planejamento e Gestão (fl. 102****), não assinou o referido TAC sob o argumento de que a Procuradoria Geral examinava a questão de forma global para todas as empresas do complexo administrativo do GDF (fl. 105****).

193. O Parecer nº 0499/2008-PROPE/PGDF (fls. 106/127****), complementado pela cota do Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria de Pessoal, definiu o posicionamento do GDF nesta questão, qual seja, *verbis*:

A regularidade da existência do 'emprego em comissão' já foi reconhecida recentemente na parcial aprovação do Parecer nº 182/2007 — PROPE/PGDF. Diante da expressa previsão constitucional e com base em precedentes do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, só resta reiterar tal entendimento.

Como exceção à regra do concurso público e pela sua própria natureza, **os empregos em comissão se destinam exclusivamente para o exercício de atribuições de direção, chefia ou assessoramento**, sempre considerando a real necessidade de um acentuado vínculo de confiança para o seu exercício.

Parecer pela resposta no sentido de que não há interesse em firmar o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta proposto, considerando o entendimento da Administração pela regularidade da figura do 'emprego em comissão'.

194. Sendo assim, o Ministério Público do Trabalho propôs a Ação Civil Pública vista às fls. 129/150****, cujo processo terminou extinto em função de acordo celebrado entre as partes (fl. 152****).

195. Tal acordo (fls. 155/158****), assinado em 14/11/2008, consistia em regularização da situação jurídica dos recursos humanos da Brasiliatur,

à prévia aprovação em concurso público.

Art. 24. A BRASILIATUR fará publicar edital, **no prazo máximo de dois anos a partir da constituição da empresa**, para realização de concurso público, com o objetivo de contratação de pessoal, **a que se refere o art. 8º desta Lei.**



determinando o afastamento de 90% dos ocupantes de “empregos em comissão”, de acordo com o cronograma visto à fl. 157****, aqui reproduzido:

- a) até 31/12/2009 a Brasiliatur deverá substituir, no mínimo, 30% dos trabalhadores exercentes de emprego em comissão por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do artigo 37, inciso II da CF.
- b) até 31/12/2010 a Brasiliatur deverá substituir, no mínimo, 50% de todo o pessoal exercente de emprego em comissão por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do artigo 37, inciso II da CF.
- c) até 31/12/2011 a Brasiliatur deverá substituir a totalidade dos funcionários exercentes de empregos em comissão, não amparados por este acordo, nos termos do artigo 37, inciso II da CF, ultimando a adequação de que trata a cláusula segunda.

196. Note-se que a situação aqui contemplada foi objeto de três gestões administrativas da Brasiliatur (Presidência), iniciando-se com a do Sr. César Augusto Gonçalves (fls. 90/150****) ao longo da qual foi travado o embate com o MPT, cujo desfecho ocorreu na gestão do Sr. Rôney Nemer (fls. 151/158****), em 14/11/2008, mediante acordo firmado entre as partes.

197. Sobre a gestão do primeiro cumpre registrar, *verbis*, as explicações concedidas ao Ministério Público do TCDF, como visto às fls. 257/258 do volume principal:

Senhora Procuradora,

Acusamos o recebimento do Ofício Conjunto no 001/2008-MPT/MPC/DF/PG, de 02/04/2008, que requisita desta empresa, informações relativas aos empregados, ocupantes de Empregos em Comissão, Empregos Comissionados, Requisitados, e outros.

Como exposto por V.Sa., a Empresa Brasiliense de Turismo - BRASILIATUR foi criada por força da Lei 3.982, de 25 de abril de 2007, com a função social de atuar no fomento da indústria de turismo para o Distrito Federal.

A empresa iniciou suas atividades administrativas, ainda que a título precário, a partir de agosto de 2007, após um período entre a concepção e a organização administrativa preliminar, em que consolidou sua estrutura funcional, com a aprovação do quadro de Empregos em Comissão, na 1.031ª Reunião Ordinária do Conselho de Política de Recursos Humanos - CPRH, homologado pelo Governador do Distrito Federal, em 25/07/2007, cópia anexa.

Conforme previsto, a empresa requisitou servidores do quadro de pessoal do Distrito Federal e contratou pessoas para o preenchimento dos Empregos em Comissão autorizados, pelo regime da Consolidação das Leis



Trabalho - CLT, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, para dar o suporte necessário às atividades estatutárias previstas para a BRASILIATUR.

O art. 24 da citada Lei prevê que, no prazo máximo de dois anos, a partir da constituição da empresa, a mesma promoverá concurso público com o objetivo de contratação de pessoal efetivo para o quadro da empresa.

No entanto, a BRASILIATUR ainda não teve condições técnicas para realizar o concurso público visando constituir seu quadro de pessoal definitivo, considerando o curto espaço de tempo decorrido após o início efetivo das atividades administrativas da empresa.

Entretanto, já **estamos em fase de levantamento de informações** necessárias ao planejamento dos trabalhos que terão como objetivo a elaboração do quadro de pessoal efetivo para a BRASILIATUR, em função das atividades legalmente e estatutariamente estabelecidas.

Contudo, para atendimento às solicitações de V.Sa., seguem em anexo, relação de ocupantes de Empregos em Comissão, com e sem função de chefias; relação dos servidores e empregados requisitados para ocupar Empregos em Comissão e sem ocupar Emprego em Comissão, explicitando com e sem ônus para a BRASILIATUR; e relação dos servidores que estavam lotados na extinta Subsecretaria de Turismo, com a atual lotação.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Cordialmente,
CÉSAR AUGUSTO GONÇALVES
Presidente da BRASILIATUR

198. Pelo Ofício nº 2246/2009 (fl. 159****), datado de 16/12/2009, nota-se que a terceira gestão, do Sr. João Oliveira, iniciada em 20/05/2009, aparentemente adotou algumas providências, *verbis*:

Assumimos a gestão desta empresa no final do mês de maio, mas apenas no início do segundo semestre, tomamos conhecimento do Termo de Conciliação Judicial assinado em 14.11.2008. Imediatamente tomamos as providências necessárias para a preparação do Plano de Cargos e Salários – PCS, condição básica para a definição do nosso quadro de pessoal e para o concurso público.

Apesar de todo o esforço da empresa contratada e da Brasiliatur, os trabalhos só puderam ser encerrados neste final de ano.

Por essa razão, só agora conseguimos encaminhar para a Secretaria de Planejamento todo o processo para aprovação, retardando nosso cronograma estipulado no Termo de Conciliação Judicial.



Por essa razão, solicitamos mais uma vez a colaboração e compreensão dessa procuradoria em, excepcionalmente, dar-nos um adiamento de mais 6 (seis) meses nos itens da CLÁUSULA TERCEIRA do processo acima referenciado.

199. O próximo e último documento nos autos examinados, de 26/11/2010, dá conta de que (fls. 160/161****):

Assim, verifica-se que o objeto primordial dos autos epigrafados é a realização de concurso público. No entanto, esta empresa foi dissolvida e encontra-se em fase de liquidação, ou seja, diante dos fatos, **houve perda do objeto.**

Desta feita, **considerando que a Brasiliatur foi dissolvida com a edição do Decreto nº 31.699, de 18/05/10**, estando, atualmente em fase de liquidação de suas contas, **sugere-se o arquivamento dos autos em comento.**

200. A nosso ver, a responsabilização quanto à não realização do necessário concurso público deveria ter a contagem de tempo iniciada a partir da celebração do Termo de Conciliação Judicial (Processo nº 960-2008-011-10-00-4) visto às fls. 155/158****, efetuada em 14/11/2008.

201. Assim, considerando que a primeira etapa do referido acordo fixava o dia 31/12/2009 como a data limite para a substituição de, no mínimo, 30% dos trabalhadores que exerciam emprego em comissão por trabalhadores admitidos mediante concurso público e considerando, ainda, as explicações fornecidas mediante o Ofício de fl. 159****, datado de 16/12/2009, combinadas com o pedido de prorrogação de prazo feito ao MPT, entendemos que inexistente responsabilidade a ser perseguida pelo Tribunal em relação ao caso, até porque houve perda de objeto com a dissolução da BrasiliaTur em 18/05/2010.

3 Conclusão

202. A presente auditoria visou verificar a regularidade dos atos administrativos relacionados com o conteúdo das diversas Representações de lavra do MPJTCDF, capitaneadas pela Representação nº 02/2008 – Conjunta – CF (fl. 115), havendo o trabalho se desdobrado em quatro questões de auditoria.

203. Na primeira questão, com relação à adoção de medidas concretas com vistas à regularização das ocupações de área pública na Torre de TV, inclusive no tocante ao recolhimento dos tributos (IPTU/TLP) e taxas de ocupação e rateio, verificamos que em certo grau foram adotadas, a exemplo do levantamento dos débitos pendentes de cada ocupante até agosto/2010 e a notificação das empresas ocupantes. Todavia, não há sinal da completa



regularização do problema.

204. Muito há que ser feito ainda pela SETUR, atual responsável pelas ocupações, para de fato regularizar aquela situação, seja com relação ao suporte contratual, seja com relação à quitação dos débitos das taxas de ocupação e, ainda, com relação ao levantamento e quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP.

205. Em relação à segunda questão, no que se refere à regularidade dos convênios selecionados para exame, pode-se afirmar que dos três convênios examinados, um não teve utilização de recursos, tendo o conveniente devolvido à concedente os valores que lhe foram repassados, acrescidos de juros e correções legais do período (Processo nº 371.000.047/2007 – Convênio com ABARE).

206. Os outros dois tiveram diversas irregularidades detectadas, sendo que um deles está sendo tratado pela Secretaria de Planejamento, que instaurou TCE (Processo nº 371.000.166/2007 – Convênio com Terra Mater Brasília), e o outro deflagrou a detecção dos Achados de Auditoria nº 2 e nº 3, relativos respectivamente à não utilização do sistema SIHTUR, desenvolvido à custa do erário distrital, e à execução de despesas à conta do convênio com empresa especializada em Consultoria em Licitação e com empresa de Auditoria, causando prejuízo de R\$ 84.500,00 ao erário distrital (Processo nº 371.000.052/2007 – Convênio com ABIH/DF).

207. Quanto à terceira questão, acerca da regularidade dos contratos firmados pela Brasiliatur, de montante significativo, pode-se afirmar que dos oito contratos examinados, apenas três não tiveram irregularidades detectadas, no que se refere aos critérios de auditoria adotados (Processos nº 371.000.701/2009, nº 371.000.293/2008 e nº 371.000.673/2009).

208. Em três contratos foram detectadas diversas irregularidades que estão sendo apuradas por meio de tomadas de contas especiais conduzidas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento (Processos nº 371.000.204/2007, nº 371.000.205/2007 e nº 371.000.119/2007).

209. Tais irregularidades referem-se basicamente a: 1. serviços que não foram prestados; 2. notas fiscais com suspeita de irregularidades; 3. valores de impostos não justificados; 4. prática de preços acima dos padrões de mercado; 5. falta de comprovação de execução de serviços; 6. falta de comprovação da exclusividade do contratado e 7. falta de apresentação de justificativa de preços para a contratação.

210. Nos dois contratos restantes foram deflagradas as detecções do Achado de Auditoria nº 4, relativo respectivamente a:

1. não apresentação de justificativas para a escolha do



fornecedor e para os preços praticados no âmbito do contrato firmado, e não caracterização da situação emergencial que justificasse a dispensa de licitação (Processo nº 371.000.207/2007 – Contratação do IEL/DF – EXPOBRASÍLIA);

2. não apresentação de justificativas para os preços praticados no âmbito do contrato firmado, na forma do art. 26 da Lei de Licitações e Contratos a fim de instruir a inexigibilidade de licitação (Processo nº 371.000.160/2007 – Contratação do Instituto Brazil Global – Presépio de Brasília 2007);

211. Por fim, a respeito da quarta questão, pode-se apontar a irregularidade existente no que se refere à legalidade da composição do quadro de pessoal da Brasiliatur, especialmente em razão da não realização de concurso público para preenchimento das vagas, conforme previsto pelos incisos 8º e 24 da Lei Distrital nº 3.982, de 25/04/2007. Contudo, houve perda de objeto tendo em conta a dissolução da BrasiliaTur, ocorrida em 18/05/2010.

4 Considerações Finais

212. No presente Relatório de Auditoria, foram propostas responsabilizações, conforme a tabela a seguir:

Tabela 16 - Responsáveis

Nº	Nome Completo	CPF ou CNPJ	Sanção / Débito	Achados	Valor do débito	Data de constituição do débito	Referência
1	Isabel Maria Cardoso Sessa	987.635.985-15	Multa (art. 57, II, da LC nº 01/1994)	2	N/A	N/A	Tabela 10 ¹²
			Débito	3	84.500,00	05/11/2007	Tabela 12
2	Ivan Valadares de Castro	279.616.481-00	Multa (art. 57, II, da LC nº 01/1994)	2 e 4	N/A	N/A	Tabelas 10 e 15
			Débito	3	84.500,00	05/11/2007	Tabela 12
3	César Augusto Gonçalves	232.604.247-68	Multa (art. 57, II, da LC nº 01/1994)	2 e 4	N/A	N/A	Tabelas 10 e 15

¹² No caso, sugeridas duas responsabilizações: como executora do convênio e como Gerente de Planejamento da Brasiliatur.



Nº	Nome Completo	CPF ou CNPJ	Sanção / Débito	Achados	Valor do débito	Data de constituição do débito	Referência
			01/1994)				
			Débito	3	84.500,00	05/11/2007	Tabela 12
4	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Distrito Federal (ABIH/DF)	37.050.564/0001-49	Débito	3	84.500,00	05/11/2007	Tabela 12
5	Luiz Bandeira da Rocha Filho	029.379.721-87	Multa (art. 57, II, da LC nº 01/1994)	4	N/A	N/A	Tabela 15
6	Vera Sidney Sant'anna Sanches	606.500.441-34	Multa (art. 57, II, da LC nº 01/1994)	4	N/A	N/A	Tabela 15

213. Cumpre destacar, ainda, que os presentes autos tiveram que ser desmembrados em diversos outros processos, relacionados a seguir, tendo em vista a extensão dos trabalhos propostos pelas representações do Ministério Público junto ao TCDF e a diversidade de temas envolvidos, visando, neste caso específico, alcançar um andamento processual mais célere:

- a. 33.391/2008 – execução de despesas relacionadas à contratação de conjuntos musicais para apresentações na época do Carnaval de 2008;
- b. 33.880/2008 – execução de despesas relacionadas a contratações realizadas para o Aniversário de Brasília em 2008;
- c. 41.429/2009 – atos administrativos relacionados à contratação do cantor Edu Casanova para divulgar a festa de aniversário de 49 anos de Brasília durante o Carnaval de Salvador (BA);
- d. 10.809/2009 – atos administrativos relacionados com os eventos e festejos do carnaval do ano de 2009, conforme delineados na Representação nº 08/2009 – CF;
- e. 29.116/2011 – atos administrativos de execução do Contrato nº 25/2009, firmado pela Brasiliatur com a empresa PROPEG Comunicação e Propaganda, para a prestação de serviços de publicidade.



5 Proposições

214. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I) tome conhecimento:
 - a. do presente Relatório Final de Auditoria, de fls. 1416/1487;
 - b. dos documentos acostados às fls. 312/1304 e 1384/1415;
 - c. dos volumes anexos I (material relativo à ocupação dos espaços da Torre de TV – 75 folhas), II (material sobre os convênios examinados – 224 folhas), III (material sobre os contratos examinados – 243 folhas), IV (material sobre o contrato constante do Processo nº 371.000.673/2009 e sobre a questão do quadro de pessoal da Brasiliatur – 161 folhas), V (Memorando nº 11/2008-GAB/MV e Ofício nº 557/2008-PG – 283 folhas), VI (Ofício nº 558/2008-PG e cópia do volume II do Processo nº 371.000.045/2007 – 276 folhas), VII (Ofício nº 559/2008-PG, Ofício nº 560/2008-PG e Ofício nº 740/2008-PG - 480 folhas) e VIII (Ofício nº 776/2008-PG e Ofício nº 685/2008-DIAF – 350 folhas);
- II) recomende à Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – SETUR o aproveitamento dos estudos desenvolvidos nos Convênios da Brasiliatur com a Universidade de Brasília nos Processos nº 371.000.068/2007 e nº 371.000.185/2007 (**§ 31**);
- III) determine à Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias:
 - a. verifique concretamente a possibilidade de utilização e aproveitamento do SIHTUR, comunicando à Corte sobre as providências efetivamente adotadas (**Achado nº 2**);
 - b. adote medidas concretas com vistas a promover a regularização das ocupações de áreas públicas na Torre de TV observando a questão do suporte contratual, da quitação dos débitos das taxas de



ocupação, do levantamento e quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP e avaliando, no que se refere às taxas de ocupação, se as normas atualmente existentes regem adequadamente a utilização dos espaços da Torre de TV e estabelecem a cobrança de preços de acordo com os praticados no mercado, promovendo, em consequência, as alterações necessárias identificadas e informando a esta Corte sobre as medidas efetivamente adotadas **(Achado nº 1)**;

c. elabore e encaminhe ao Tribunal plano de ação para implementação da determinação acima, conforme modelo apresentado no Anexo I do presente Relatório de Auditoria;

IV) determine à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a. informe ao Tribunal a respeito do andamento dos Processos nºs 371.000.604/2008, 371.000.697/2008 e 371.000.198/2007, quanto à instauração de Tomada de Contas Especial por parte da jurisdicionada **(§ 30)**;

b. com fundamento na Resolução nº 102, art. 1º, §3º e §5º, instaure Tomada de Contas Especial para apurar fatos e responsáveis concernentes ao preço cobrado para Contratação do Instituto Brazil Global, Processo nº 371.000.160/2007 **(Achado nº 4)**;

V) autorize:

a. a remessa de cópias dos anúncios da Brasiliatur, veiculados no jornal O Estado de São Paulo, à SETUR, para que esta inclua informações sobre o cumprimento do acordo feito com a ALSHOP nos autos do Processo nº 371.000.673/2009 **(§ 136)**;

b. a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 10 com fundamento no art. 182, § 5º, da Resolução nº 38/1990 para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa pelas irregularidades apontadas na Tabela 9, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art.



57, II, da Lei Complementar nº 01/1994. **(Achado nº 2)**;

- c. a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 15, com fundamento no art. 182, §5º, da Resolução nº 38/1990, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa pela irregularidade descrita na Tabela 14, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da LC nº 01/1994 **(Achado nº 4)**;
- d. a conversão dos autos, no que diz respeito à irregularidade tratada na Tabela 11, em Tomada de Contas Especial, a ser tratada em processo apartado, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação dos responsáveis indicados na Tabela 12, com fundamento no art. 13, II, da mesma norma, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 05/11/2007 **(Achado nº 3)**;
- e. o envio do presente Relatório de Auditoria, do Relatório/Voto do Relator e da Decisão que vier a ser tomada à Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal;
- f. o retorno dos autos à SEAUD, para adoção das providências de estilo.

À consideração superior.



ANEXO I – PLANO DE AÇÃO

Determinação do TCDF (III.a)	Medidas a serem adotadas para cumprimento das proposições (Ações)	Data prevista para a implementação
Que a Secretaria de Turismo, em 30 (trinta) dias, adote medidas concretas com vistas a promover a regularização das ocupações de áreas públicas na Torre de TV observando a questão do suporte contratual, da quitação dos débitos das taxas de ocupação, do levantamento e quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP e avaliando, no que se refere às taxas de ocupação, se as normas atualmente existentes regem adequadamente a utilização dos espaços da Torre de TV e estabelecem a cobrança de preços de acordo com os praticados no mercado, promovendo, em consequência, as alterações necessárias identificadas e informando a esta Corte sobre as medidas efetivamente adotadas.	1)	dd/mm/aaaa
	2)	
	...	
	...	
	...	



Informação nº 29/2013 – SEAUD/ DIAUD1

Brasília (DF), 31 de julho de 2013.

Processo nº: 10170/2013 (7 volumes e 4 anexos)
Apenso nº: 16.756/2008 (2 volumes)
Jurisdicionada: Empresa Brasileira de Turismo (Brasiliatur – em Liquidação)
Assunto: Auditoria de Regularidade
Montante em exame: R\$ 33.469.953,20
Ementa: Auditoria de regularidade. Relatório Final. Prejuízo. Atos de gestão ilegais e antieconômicos. Audiência. Conversão parcial em TCE. Instauração de TCE. Citação. Determinações.

Senhor Diretor,

Em conformidade com o disposto no item 6 do Manual de Auditoria do TCDF, versão atualizada de 2011, apresentamos, às fls. 1416/1487, a versão final do relatório da auditoria realizada para verificar a regularidade dos atos administrativos relacionados com o conteúdo das diversas Representações de lavra do MPJTCDF, capitaneadas pela Representação nº 02/2008 – Conjunta – CF.

2. Informa-se que, por meio da Decisão n.º 5172/2012 (fl. 1383) foi autorizado o encaminhamento da versão prévia do Relatório de Auditoria aos gestores, para conhecimento e manifestação em relação aos achados de auditoria.

3. A remessa à SETUR se deu por meio do Ofício n.º 7535/2012-GP, recebido em 05/10/2012, porém o órgão não se manifestou. Diante disso, foram parcialmente mantidos os achados registrados no Relatório Prévio. Primeiro, devido à atualização das informações contidas nos autos. Segundo, por conta da junção de achados. Ressalte-se que o encaminhamento do Relatório Prévio à jurisdicionada tem o objetivo de dar-lhe conhecimento dos resultados da auditoria e oferecer-lhe oportunidade de contribuir para um Relatório Final mais preciso, esclarecendo eventuais pontos de divergência entre a equipe e a jurisdicionada. O auditado não tem a obrigação de se manifestar nesta etapa.

4. Ante o exposto, encaminhamos o Relatório Final de Auditoria para fins de apreciação pela Corte.

À superior consideração.